



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

**HINGRID HIBARI ALMEIDA HASHIMOTO**

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CRIMINOLOGIA FEMINISTA: ANÁLISE DE CASOS  
DE CRIMES MOTIVADOS PELO GÊNERO NA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE  
BRASÍLIA**

**BRASÍLIA  
2019**

**HINGRID HIBARI ALMEIDA HASHIMOTO**

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CRIMINOLOGIA FEMINISTA: ANÁLISE DE CASOS  
DE CRIMES MOTIVADOS PELO GÊNERO NA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE  
BRASÍLIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Doutora Camilla de Magalhães Gomes

**BRASÍLIA**

**2019**

**HINGRID HIBARI ALMEIDA HASHIMOTO**

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CRIMINOLOGIA FEMINISTA: ANÁLISE DE CASOS  
DE CRIMES MOTIVADOS PELO GÊNERO NA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE  
BRASÍLIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Doutora Camilla de Magalhães Gomes

**Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019**

**BANCA AVALIADORA**

---

**Professora Orientadora: Doutora Camilla de Magalhães Gomes**

---

**Professor Avaliador: Mestre Tédney Moreira da Silva**

## RESUMO

A Criminologia Feminista ou com perspectiva de gênero desenvolveu importantes avanços na análise da vitimização feminina, especialmente, para os fins deste trabalho, a respeito das mortes de mulheres motivadas pelo gênero, culminando nas discussões acerca desse tema e na criação da Lei Maria da Penha, bem como na posterior inclusão do feminicídio no rol dos crimes hediondos na legislação penal brasileira. Esses mesmos avanços podem contribuir para uma análise de mortes e/ou lesões corporais de homens em contextos de relacionamentos com mulheres supostamente “motivados” por ciúmes e infidelidade. É possível observar também, a partir dos estudos desenvolvidos acerca da masculinidade e do sistema patriarcal que, as mulheres, apesar de serem as principais vítimas dessa tipificação criminal, não são as únicas. O presente trabalho tem como objetivo identificar como o gênero, a masculinidade e o sistema estruturado na diferenciação sexual contribuem para uma análise criminológica, a partir do estudo de casos julgados pelo Tribunal do Júri de Brasília em que, em um contexto de violência de gênero, as vítimas foram homens.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Criminologia com perspectiva de gênero. Tribunal do Júri de Brasília. Gênero. Masculinidade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1 CONCEPÇÕES FEMINISTAS E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....</b>	<b>7</b>
1.1 Gênero e masculinidade .....	7
1.2 Patriarcado e violência.....	13
1.3 O movimento de enfrentamento à violência contra a mulher e as evoluções legislativas no ordenamento jurídico brasileiro. ....	19
1.3.1 Lei Maria da Penha (11.340/06) .....	20
1.3.2 Código Penal – Feminicídio.....	24
<b>2 CRIMINOLOGIA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO .....</b>	<b>26</b>
2.1 Criminologia feminista e seus desdobramentos .....	26
2.2 A relação da criminologia com o estudo da vitimização no contexto de violência de gênero .....	31
2.3 Ciúmes, sentimento de posse e a criminologia cultural .....	36
<b>3. ESTUDO DE CASOS DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BRASÍLIA .....</b>	<b>42</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Com o intuito de abordar novas temáticas e realidades particulares dos membros presentes na sociedade, ao longo dos últimos anos, as ciências humanas vêm evoluindo nos estudos e se destacando nos debates cotidianos, principalmente em abordagens “inovadoras”, que colocam em pauta a vida e existência daqueles que foram esquecidos no passado, como as mulheres, os negros e os LGBTQIA.

Assim, para atender às necessidades demandadas por estes grupos sociais, faz-se necessário a criação de políticas públicas, bem como a conscientização da população como um todo, objetivando a sua inserção nos estudos e nas análises críticas que constituem o pensamento contemporâneo, a fim de que as barreiras sociais impostas a eles não perdurem.

Com o propósito de entender melhor como a criminologia feminista pode colaborar para o melhor entendimento deste conjunto de questões, a presente monografia tem o objetivo de demonstrar os conceitos, aspectos históricos, e problemáticas presentes no contexto da violência de gênero e da vitimização das mulheres, para as correlacionar com a morte de homens em contexto de relacionamento com mulheres, supostamente “motivadas” por ciúmes e infidelidade, por exemplo. Coube também a análise dos casos em que, homens, ao interferirem na ação violenta, a fim de cessá-las, foram alvo dos agressores. Compulsando os autos dos processos que tive acesso, pude constatar que nesses casos também há a presença de questões sociais como a masculinidade e o patriarcado.

Dentro deste contexto, analisei casos que tramitaram na Vara do Tribunal do Júri de Brasília e foram julgados no ano de 2018, e me debrucei a entender o contexto social e as problemáticas que cada caso em particular continha, bem como a analisar a maneira com que o judiciário age frente a casos específicos que envolvem o paradigma de gênero, bem como a maneira com que o júri e a sociedade os interpreta.

Por fim, é importante esclarecer que, apesar do presente trabalho se voltar para a análise de casos em que não há, isoladamente, a configuração do crime de feminicídio ou dos crimes que estejam previstos na Lei 11.340/06, entendi como de suma importância abordar os desdobramentos legislativos presentes no cenário brasileiro ao longo dos últimos anos, tendo em vista a inegável influência dos

movimentos feministas, na conquista da criação de instrumentos legais voltados para assegurar os direitos fundamentais das mulheres e romper com a invisibilidade que essa parcela da população há décadas sofre, sobretudo em virtude do comportamento social e político que insiste em evitar a transposição de problemas privados contidos no ambiente familiar e conjugal para o cenário público.

## **1 CONCEPÇÕES FEMINISTAS E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Neste capítulo, procuro abordar, de maneira introdutória, os conceitos básicos de gênero, masculinidade, patriarcado e violência, objetivando relacioná-los com a violência direcionada às mulheres e o desequilíbrio vigente na sociedade atual nos gêneros. Primeiro, busco expor estudos científicos que divergem dos discursos que têm como fundamento a necessária e inequívoca correspondência do gênero e sua expressão nos ambientes familiares/da comunidade e a sua relação com o sexo biológico. Em um segundo momento, demonstrarei como a masculinidade se formou nas sociedades androcêntricas e as influências que este padrão de comportamento exerce sobre as mais diferentes realidades e ocasiões.

Vale destacar também que, esses comportamentos já pré-estabelecidos direcionados para o masculino e para o feminino, não se limitam às esferas em que se desenvolvem, o que resulta na transposição e repetição dos padrões aos mais diversos ambientes e situações, pois o indivíduo, por essência, tende a reproduzir comportamentos e ensinamentos obtidos desde a primeira infância. Por isso, o patriarcado e a violência andam lado a lado, como se observará no segundo tópico deste capítulo.

Por último, considerarei importante enfatizar o processo legislativo brasileiro e as repercussões que envolveram a criação e a elaboração de medidas punitivas e socioeducativas no combate à violência contra a mulher. Apesar de não ser o centro da discussão aqui exposta, entendi que para o estudo da criminologia, é essencial que se analise, além de situações hipotéticas e teóricas, como a positivação de normas contribuiu para o estudo das problemáticas encontradas no cotidiano das mulheres e quais as soluções encontradas por essa ciência diante de novos desafios.

### **1.1 Gênero e masculinidade**

Não é rara a confusão entre gênero e sexo na reprodução de posicionamentos “anti ideologia de gênero”, frequentemente observados em discursos conservadores, principalmente no âmbito político. Este tema vem tomando grandes proporções nos últimos anos, em virtude da propagação de estudos que contestam a naturalização de condições que discriminam e marginalizam parte da sociedade, sobretudo as mulheres.



Muito antes de se discutir esse tema, o senso comum era de que a partir da descoberta do sexo pelos pais que esperam uma criança, e, posteriormente do nascimento, seria possível traçar o seu futuro, comportamento e escolhas, tendo unicamente como base o sexo. Apesar da evolução e desenvolvimento dos estudos de gênero, a prática continua a mesma. Se feminino, a expectativa é voltada para a criação de uma “princesa”, meiga, obediente, educada, dedicada à família, companheira e ajudante da mãe nos afazeres de casa. Se masculino, este será educado e ensinado a ser viril, a desempenhar papéis de liderança no trabalho e em casa, além de ser confiante, e ter a destreza, sabedoria e assertividade que um “homem deve ter”.<sup>1</sup>

Isso posto, Heleieth Saffioti afirma que este sexismo além de influenciar na estrutura de poder na sociedade, colocando as mulheres em situação de desigualdade frente aos homens, também os prejudica, mesmo que em menor intensidade e em diferentes áreas, visto que perante a eles também são impostas expectativas másculas, que, se não atendidas, produzem a sensação de ofensa à sua masculinidade e virilidade. Ressalta-se que para o homem o sentimento de impotência e falha, bem como a exteriorização dessa sensibilidade não são bem aceitas pelo corpo social, pois este comportamento foge do que se é esperado dele.<sup>2</sup>

Neste sentido, difundiu-se com o tempo que aquilo que determinaria o papel na sociedade de uma pessoa seria o seu sexo, e, portanto, o seu gênero. Ocorre que o termo “sexo”, em seu aspecto biológico, não pode ser confundido com o gênero, pois este, diferentemente do primeiro não é uma ciência natural e, por conseguinte será moldado de acordo com a cultura e costumes, ou seja, a partir das interações sociais. Assim, o sexo consiste na identificação com base nas genitálias, compreendendo dentre as suas diversas possibilidades, o sexo feminino e masculino.<sup>3</sup>

Um interessante estudo desenvolvido pela antropóloga estadunidense Margaret Mead analisou o comportamento de três diferentes sociedades primitivas da Nova Guiné, os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli. A autora pôde observar

---

<sup>1</sup> MENDES, G.; SILVA, L.; SOUZA, M.F. Gênero e violência contra a mulher. In: VIZA, B.H.; SARTORI, M.C.; ZANELLO, V. (Org.). **Maria da Pena vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: TJDF. 2017, p. 97-98.

<sup>2</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo – SP, Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 35-36.

<sup>3</sup> RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017. p. 3.

que nessas tribos, características consideradas no ocidente como femininas ou masculinas não condiziam necessariamente com o sexo biológico que cada indivíduo nascia, além disso, os comportamentos esperados pelos indivíduos da comunidade não tinham semelhança com os presentes na sociedade ocidental. Assim, concluiu que o comportamento típico do homem e da mulher são moldados por um condicionamento social, diversamente padronizados a depender da cultura, e replicados com frequência, criando assim uma padronização<sup>4</sup>:

[...] a natureza humana é quase incrivelmente maleável, respondendo acurada e diferentes a condições culturais contrastantes. [...] As padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se.<sup>5</sup>

Quanto a cultura, para Roque de Barros Laraia, antropólogo brasileiro, a herança cultural que percorre as gerações é o que torna as pessoas contidas em determinado grupo social resistentes às mudanças e todo o comportamento que foge dos padrões considerados normais e naturais, portanto, daí que surge a discriminação.<sup>6</sup> Esta constatação dada pelo autor é capaz de explicar a razão para a dificuldade que se tem em transformar o pensamento de uma coletividade, e, em relação ao tema desta monografia, o porquê das mulheres ainda serem subjugadas e ainda serem o principal grupo que sofre com a estrutura de poder estabelecida desde os tempos mais remotos.

Em contrapartida, os estudos de gênero não se encontram inertes, sendo inquestionável o seu expressivo avanço no campo da argumentação dos fatores determinantes para a construção dessa subjetividade que compõe o gênero, rompendo com o sexo biológico e a naturalização do comportamento feminino e masculino. A este respeito, Lia Machado declara:

[...] os Estudos de gênero [...] afirmaram a primazia metodológica de investigar as relações sociais de gênero sobre a investigação das concepções de cada um dos gêneros; afirmaram a possibilidade cultural de um número indefinido de gêneros; afirmaram a possibilidade dos processos de **diferenciação e indiferenciação de gênero**. Apontaram a primazia da diferenciação sobre as diferenças construídas, isto é, a primazia das

<sup>4</sup> MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1969, p. 267-277.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 268-277.

<sup>6</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 69-70.

**relações** entre os gêneros sobre as concepções de cada um dos gêneros<sup>7</sup>.  
(grifo do autor)

Porém, há uma multiplicidade de correntes feministas que tratam da formação do gênero na sociedade e seus desdobramentos. Este fenômeno fica ainda mais claro com a constatação de que o debate deste tema se desenvolve a partir de influências precipuamente da existência e realidade prática dos seres inseridos em determinados contextos, e somado a isso, da própria formação do movimento feminista ter tido como propósito a abordagem analítica da realidade das mulheres em seus cenários particulares, com o intuito de romper com a exclusiva percepção do homem, branco e heterossexual que prosperou até pelo menos o início do século XIX.<sup>8</sup>

Miriam Grossi destaca três dessas correntes, dentre as quais estão as teóricas estruturalistas, que acreditam que a partir do sexo biológico é que o gênero se forma, podendo haver diversos modelos que variam de acordo com os elementos histórico e culturais no qual o masculino e o feminino são inseridos. Também há a corrente pós-estruturalista, que tem como figura principal a historiadora norte-americana Joan Scott que diz que a linguagem e o discurso é que constitui o gênero, e estes “não são apenas palavras, mas linguagem, atos que tem significado”. Por último, a corrente pós-moderna afirma que há uma multiplicidade de gêneros além do feminino e masculino, tendo como exemplo as pessoas que passam pelo procedimento cirúrgico de redesignação sexual, os transgêneros, assim, para elas “o fato de haver machos e fêmeas biológicos é só uma questão de contingência, contingência que pode ser mudada graças às novas tecnologias médicas que permitem subverter a ordem “natural” deste corpo”.<sup>9</sup>

Segundo o autor Alessandro Baratta, em virtude da separação dos gêneros masculino e feminino, que determinou o espaço que cada um ocupa na sociedade, e que consequentemente coloca em desvantagem este último, o mais adequado a se fazer para ressignificar essa abstração permanente nos últimos anos seria a

<sup>7</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Brasília, v.11, 1998, p. 107-125.

<sup>8</sup> MENDES, G.; SILVA, L.; SOUZA, M.F. Gênero e violência contra a mulher. In: VIZA, B.H.; SARTORI, M.C.; ZANELLO, V. (Org.). **Maria da Pena vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: TJDF. 2017, p. 97-98.

<sup>9</sup> GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. In: SEMINÁRIO SOBRE MASCULINIDADE ORGANIZADO PELO CENAP EM PARCERIA COM O FAGES (UFPE) EM RECIFE, 2001, Florianópolis. Santa Catarina: Comissão Editorial do PPGAS Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Humanas – CFH, 2004, p. 5-6.

“desconstrução social do gênero, que superasse as dicotomias artificiais que estão na base do modelo androcêntrico da ciência e do poder masculino” e não simplesmente uma “repartição mais igualitária”, pois se assim o fosse, iria contra aquilo que se acredita quanto a não determinação biológica do gênero.<sup>10</sup>

Isto é, a relação da cultura com a construção social do gênero serve, sobretudo, para evidenciar que as concepções tidas no passado podem e devem ser modificadas na medida em que a coletividade se transforma, e, portanto, não estão atrelados unicamente ao sexo biológico. Dito isso, de acordo com Lia Machado, a conclusão destes estudos de gênero em torno de paradigmas metodológicos é que o que for considerado feminino e masculino deve ser contestado e, por conseguinte, “o consenso foi o de que não há consenso sobre qualquer natureza do feminino e do masculino”.<sup>11</sup>

A partir desse contexto é possível entender como se desenvolve a masculinidade nos homens a partir dos ambientes que eles ocupam, e em todas as fases da sua vida, desde a sua “iniciação” até a constante reafirmação de sua virilidade. Como dito anteriormente, essa expectativa vem desde o seu nascimento, e o seu desenvolvimento como cidadão será o ponto de partida para a reafirmação dessas características ditas como másculas. Este fenômeno poderá ser observado nas brincadeiras, roupas, gostos para filmes e desenhos, posteriormente a forma como ele será introduzido à sexualidade, escolhas profissionais, e seguirá por toda a sua vida, tendo como premissa básica a negação de tudo aquilo que for considerado feminino.<sup>12</sup>

Daniel Welzer-Lang afirma que essa dominação dos homens sobre as mulheres de maneira coletiva e individual exercida tanto na esfera pública quanto na privada atribui a eles privilégios em três esferas: material, cultural e simbólica. Além disso, entende que “desigualdade”, termo comumente utilizado para evidenciar o resultado dessa dominação é impróprio, pois ele conduz à compreensão de que há

---

<sup>10</sup> BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero. In: BARATTA, Alessandro; STRECK, Lênio Luiz; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999, p. 19-80.

<sup>11</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Brasília, v.11, 1998, p. 110.

<sup>12</sup> MENDES, G.; SILVA, L.; SOUZA, M.F. Gênero e violência contra a mulher. In: VIZA, B.H.; SARTORI, M.C.; ZANELLO, V. (Org.). **Maria da Pena vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: TJDF. 2017, p. 97. 2017.

um sistema universal e imutável, no qual o homem e a mulher são peças inertes e nada podem fazer para mudar este quadro, ou seja, são unicamente produtos de um grupo simétrico e igual, ignorando o fato de que “a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens”.<sup>13</sup>

Se por um lado essa “desigualdade” beneficia os homens, por outro, prejudica ainda mais as mulheres inseridas em “outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual”<sup>14</sup>, ótica observada e definida por Kimberlé Crenshaw como interseccionalidade, isto é, elementos diferenciais que “podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres”.<sup>15</sup> Em virtude dessas vulnerabilidades é que a violência toma força nos diversos espaços ocupados pelas mulheres, uma vez que esse comportamento tende a “preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres”.<sup>16</sup>

Esse homem hierarquicamente superior é denominado por Daniel Welzer-Lang como “Grande Homem”, que exerce através de sua masculinidade a dominação não só sobre as mulheres, mas também sobre os homens através de características de virilidade, status de poder, dinheiro e honra. Os que não se destacam nesses atributos podem vir a sofrer a exclusão e conseqüentemente ser associado com o feminino, traço socialmente rejeitado pelos homens, pois fere diametralmente os pressupostos naturalistas assimilados por eles.<sup>17</sup>

Apesar de determinista, Nolasco, em sua visão, partindo do pressuposto que a violência homicida é masculina na sua constituição, afirma que:

“O homicídio está relacionado à competitividade masculina. São os homens que se sentem compelidos a competir por recursos, por status, pelo domínio

<sup>13</sup> WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.9, n.2, p.461, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is). Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.

<sup>14</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 173, Jan. 2002. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 maio 2019.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 173

<sup>16</sup> Ibidem, p. 461

<sup>17</sup> WELZER-LANG, DANIEL. op. cit., p. 466-467.

e controle das parceiras sexuais, estando dispostos a empregar a violência contra outros homens para assegurar o sucesso na competição. [...] a violência é considerada como controle do comportamento das parceiras sexuais, o que implicaria dizer que para o sujeito a mulher é considerada sua propriedade. [...] Manter o que lhe pertence é prova de masculinidade.”<sup>18</sup>

Desse modo, nota-se, portanto, que a violência, dentre as suas inúmeras particularidades e origens pode se apresentar como parte integrante da socialização dos homens desde a sua infância, resultando na sua identificação como forma de projetar a masculinidade em suas interações sociais, inclusive no que tange as relações com as mulheres.

## 1.2 Patriarcado e violência

Uma vez entendido o conceito de gênero e seus desdobramentos práticos, faz-se necessário compreender a sua relação com o patriarcado, e deste com a violência, a fim de que seja compreendido o processo desta última no âmbito conjugal, familiar e social.

A respeito da confusão que se faz com os termos “gênero” e “patriarcado”, a autora Lia Machado acredita que o termo gênero, em virtude da sua constante transformação e interação com outros aspectos da vida em sociedade não se opõe ao patriarcado, tema este, por sua vez, arraigado na dominação masculina, fixo.<sup>19</sup> Pelo contrário, para ela, “os conceitos de gênero e de patriarcado não se situam no mesmo campo de referência. Patriarcado se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social”<sup>20</sup>, portanto, não podem nem ser colocados como termos antagônicos.

O patriarcado consiste na forma em que as relações no âmbito público e privado se organizam na contemporaneidade, no qual coloca-se o gênero masculino em posição de dominante frente a tudo o que contrariar a sua hierarquia, esta tida como naturalizada, garantindo aos homens mais direitos e poderes.<sup>21</sup> Assim, no mesmo

<sup>18</sup> NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, p.118-119. 2001.

<sup>19</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? **Série Antropologia**, Brasília, n. 248, p.2-3, 2000. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 3

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista On-line do CESED**: Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento, Campina Grande, PB, v. 16, n. 24-25, p. 8. 27 jan. /dez. 2015.

sentido do gênero, o patriarcado consolidou-se na premissa de que o natural não deve ser mutável, pois a natureza sobressai ao homem.

Apesar dessa dominação não se restringir estritamente ao gênero feminino, observa-se que a construção da masculinidade se baseou em negar tudo o que carrega em si a feminilidade. Segundo Boris, o menino ao aprender que a feminilidade deve ser evitada, torna-se um homem que necessita ter a sua virilidade constantemente (re) afirmada, visando a aceitação própria e pública, para que assim consiga se inserir em grupos viris e socialmente mais aceitos.<sup>22</sup>

Este fenômeno pode ser explicado por diferentes aspectos culturais, psicológicos, morais e sexuais.<sup>23</sup> Como por exemplo nas sociedades de caça e coleta pela divisão do trabalho, em razão da necessidade do bebê de se alimentar através do aleitamento materno, que dificultava o exercício dela nas atividades de caça, como bem explica Saffioti<sup>24</sup>, bem como nas atividades reprodutivas, quando o homem descobre que é imprescindível para a reprodução e perpetuação da espécie humana.<sup>25</sup>

A este respeito, Pateman, contextualiza o estabelecimento do patriarcado na sociedade com a descoberta do reconhecimento da paternidade como uma prática racional, uma vez que na formação da civilização humana a prática livre de relações sexuais incumbia apenas à mulher o dever de cuidado com a prole. Esta descoberta fez com que se promovesse um triunfo social e cultural no ambiente público, tendo por consequência “um avanço necessário que forneceu as bases para a emergência da civilização – todas elas realizações dos homens”.<sup>26</sup> Portanto, “a ordem social passa

---

Disponível em: <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/236>. Acesso em: 29 maio 2019.

<sup>22</sup> BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas de Homens: a construção da subjetividade masculina**. São Paulo: Annablume, p. 61-62, 2002.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista On-line do CESED: Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento**, Campina Grande, PB, v. 16, n. 24-25, p. 8. 27 jan. /dez. 2015.

<sup>24</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 60-61.

<sup>25</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 58- 59 *apud* JOHNSON, Allan G. *The Gender Knot: Unraveling our Patriarchal Legacy*. Filadélfia, Temple University Press, 1997.

<sup>26</sup> PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 50 1993 *apud* MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. p. 5-6. Disponível em:

a ser pautada na perspectiva comportamental, em que homens e mulheres devem se conduzir socialmente e adequar-se às características de seu sexo biológico”.<sup>27</sup>

Seguindo essa lógica, Welzer-Lang ao dissertar acerca do que chamou de “a casa-dos-homens” afirma que na formação da personalidade do indivíduo masculino está presente a necessidade de reprodução das atitudes dos homens mais velhos, e assim como ocorre com as mulheres, este processo se dá com a imitação de atitudes consideradas características de cada gênero.<sup>28</sup> A inserção dos jovens neste modelo social e político, sobrevém do fato de serem “hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos”.<sup>29</sup>

Para os homens, por exemplo, o “mimetismo”, como nomeia o autor, será o da violência, “inicialmente contra si mesmo” empreendida em seus próprios corpos, quando estes não condizem com os parâmetros tradicionais da masculinidade e, posteriormente, com os outros homens. Neste sentido, para ele “o masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo”.<sup>30</sup>

Hirigoyen apresenta um estudo científico que constata que a forma como os pais conduzem seu relacionamento conjugal afeta, e muito, no comportamento futuro das crianças expostas a ele. Dito isso, uma menina que sofre abusos verbais ou físicos de seu pai ou que vê sua mãe em um relacionamento abusivo, tende a escolher parceiros parecidos com seu pai, por meio de um mecanismo de repetição, que faz com que ela haja movida por um sentimento de “nostalgia inconsciente”.<sup>31</sup>

Isso se dá porque “já que um traumatismo anterior as fez perderem todas as suas defesas, essas mulheres sabem menos que as outras se defenderem e reagirem

---

[http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf). Acesso em: 28 maio 2019.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista On-line do CESED: Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento**, Campina Grande, PB, v. 16, n. 24-25, p. 29. 27 jan. /dez. 2015.

<sup>28</sup> WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.9, n.2, p.461, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is). Acesso em 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.

<sup>29</sup> MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**. Dossiê O gênero da política: feminismos, estado e eleições, Campinas, n. 43, p. 5-8, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0057.pdf>. Acesso: 29 maio 2015.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 4-5

<sup>31</sup> HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006. p. 81-83.



a tempo, pois ficaram, de certo modo, fragilizadas”. Em mesmo sentido, meninos que presenciavam atos violentos dentro de casa tendem a reproduzir este comportamento no futuro, funcionando como uma imitação, pois o ser humano busca construir situações nas quais ele já é familiarizado.<sup>32</sup> Vale destacar que não é raro encontrar exemplos práticos em que a relação de paternidade é silenciada, revelando pais “duros, frios, ausentes e distantes, ou, por outro lado, como desvirilizados e desprezados”.<sup>33</sup>

Entretanto, alguns autores como Boris, acreditam que o patriarcado, como um paradigma em crise, tem causado recentemente nos homens a frustração de não conseguirem se impor nos ambientes em que ocupa, incluindo neles o familiar. A conquista das mulheres graças à ascensão dos movimentos feministas pode ser uma explicação para isso, pois fizeram com que as elas se reconhecessem como integrantes de uma sociedade que busca a igualdade entre os gêneros, na tentativa de afastar a configuração de submissão e servilismo diante do homem.<sup>34</sup>

Assim sendo, parcela dos homens, por sua vez, vêm perdendo a sua identificação com a forma de dominação patriarcal tradicional, ainda que não entendam ao certo quais os valores que os deixariam mais confortáveis. A respeito disso, Boris escreve (2002, p. 63):

O que posso perceber é que muitos homens, para além da dita *crise*, tendem a refletir, a reagir ou mesmo a buscar as inegáveis transformações sócio-culturais que vêm ocorrendo – entre elas os avanços e as conquistas femininas em diversos campos – o que não deixa de lhes causar, muitas vezes, um evidente *mal-estar*. Este incômodo, parece-me, eventualmente tem como resposta uma reação agressivo-defensiva por parte de alguns homens - a *violência* - particularmente contra as mulheres e as crianças, bem como contra outros homens.

No entanto, este é um movimento que remonta a um período recente da história que não barrou a consolidação do patriarcado, e que pode se manifestar de diferentes maneiras a depender do ambiente no qual o indivíduo está inserido. Na prática, essas relações de dominação e poder são comumente vivenciadas no ambiente familiar, onde não só a mãe deve responder à autoridade do pai, mas também os filhos. No

<sup>32</sup> HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 82-83.

<sup>33</sup> BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas de Homens: a construção da subjetividade masculina**. São Paulo: Annablume, p. 61-62, 2002.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 63.

âmbito social, este tipo de organização hegemônica pode apresentar-se de forma transversal, ligando-se à classe e etnia nas quais os homens fazem parte.<sup>35</sup>

Isto posto, as manifestações violentas na sociedade, podem estar ligados a um comportamento masculino, e essa possibilidade realiza-se em virtude de diversas imposições atreladas à masculinidade que exigem do homem “macho” comportamentos não passíveis de falhas, como em relação ao seu desempenho sexual, profissional, a impossibilidade de demonstrar sentimentos e emoções, além da constante relação de competitividade com outros homens e mulheres, motivando desta maneira a interpretação de um “herói”, forte e obstinado a exercer o papel sócio-cultural masculino.<sup>36</sup>

Caso haja a frustração no desempenho de algum desses papéis “pautados pelo modelo patriarcal de virilidade”, o homem reage com violência, não só contra mulher, mas também contra as crianças (seus filhos) e outros homens, pois este é o meio opressivo no qual foram socializados, é, portanto, a forma como aprendem a externalizar a frustração e a sobrecarga gerada pela construção social instituída em torno do patriarca.<sup>37</sup>

Em relação à violência no contexto familiar, Hirigoyen destaca que além da violência física, há a psicológica, sendo esta a mais difícil entre as violências de ser identificada pelas vítimas, pois muitas vezes elas acreditam na falsa afirmação de que “sua percepção da realidade é falsa, que ela está interpretando mal as coisas, que está exagerando”. Ademais, há também a frequente suavização das atitudes ameaçadoras quando são consideradas “não intencionais”, pois as mulheres acreditam que elas ocorrem não com o intuito de machucar, mas como forma de manifestação do estresse e frustração do dia a dia.<sup>38</sup>

Os crimes motivados em defesa da honra, por sua vez, abrigam o sentimento de posse e controle sobre as companheiras, devido a função desempenhada pelo

---

<sup>35</sup> WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.9, n.2, p.461, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is). Acesso em 29 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.

<sup>36</sup> BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas de Homens: a construção da subjetividade masculina**. São Paulo: Annablume, p. 49-51, 2002.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 49-52.

<sup>38</sup> HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 89-91.

homem de provedor, pois traz consigo a sensação de que o homem tudo pode para exercer seu papel de controle, até mesmo “cercear o direito de ir e vir, de impedir o acesso ao trabalho de suas companheiras, de inspecionar órgãos sexuais para garantir que não houve traição, e “bater” se sentem ciúmes ou se não recebem a atenção requerida”. À vista disso, o homem interpreta que seu comportamento é válido, tendo em vista a função que exerce, e, por isso, os direitos individuais atrelados à sua companheira não têm relevância quando em confronto com sua honra, reflexo da associação desta com a virilidade, uma vez que ele age visando corrigir as atitudes que na sua perspectiva pessoal estão equivocadas.<sup>39</sup>

Neste contexto, portanto, observa-se o que influencia os homens a agirem com violência quando se deparam com situações que atingem, na concepção deles, a sua honra e virilidade íntima, como por exemplo quando ocorre o adultério no relacionamento ou quando sua companheira inicia uma nova união afetiva. São traços de uma sociedade que preza pela proteção de toda ameaça ao que, subjetivamente, é tido como princípio moral e ético, ainda que questionável, e a sua defesa a todo custo, mesmo que isso resulte na morte de sua companheira/ex-companheira ou da pessoa que ela se relaciona.<sup>40</sup>

Além disso, resta claro que os aspectos históricos de organização da sociedade também exercem influência no comportamento dos homicidas e agressores, pois o patriarcado além de outras concepções preconiza a vinculação da mulher como propriedade de seu companheiro, e com o fracasso dessa submissão aliada à sua personalidade narcisista é que a violência ganha força, visto que o homem não aceita a ideia de não deter controle sobre a sua parceira.<sup>41</sup>

Por fim, consubstanciando a compreensão do patriarcado e suas implicações na coletividade, constata-se frequentemente a presença da violência exercida pelo

---

<sup>39</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? **Série Antropologia**, Brasília, n. 248, p.14, 2000. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

<sup>40</sup> FREITAS, Raquel Araújo de; SILVA, Cristian Kiefer da. **Homicídio Passional: a influência social em sua evolução legislativa e jurisprudencial no Brasil**. Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=591> Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>41</sup> GAIA, Luciana. Crimes passionais. **Revista de Graduação UNIVEM**, Marília, v.1, n. 2, p. 15. 2009. Disponível em: <http://revista.univem.edu.br/index.php/REGRAD/article/viewFile/174/194>. Acesso em: 03 jun. 2019.

homem, tendo como objetivo minimizar sua insatisfação, aliada à possessividade, ciúme e obsessão.<sup>42</sup>

Dessa forma, considerando tais conclusões, pode-se observar que nem sempre a violência de gênero tem como resultado a morte de mulheres, o que inclui a violência sofrida por elas de forma indireta, em que as vítimas são as pessoas nas quais elas se relacionam, visto que os autores agem imbuídos pela vontade de restabelecer a honra viril perdida, fundamentada pelo sentimento de posse e de frustração de terem sido rejeitados por suas companheiras.

### **1.3 O movimento de enfrentamento à violência contra a mulher e as evoluções legislativas no ordenamento jurídico brasileiro**

Por mais que o objetivo do presente trabalho seja o de analisar à luz das teorias da criminologia feminista as mortes e lesões de terceiro (homem) no contexto de violência doméstica, faz-se necessário entender a evolução legislativa brasileira quanto ao reconhecimento dos crimes cometidos contra a mulher como crimes baseados no gênero, revelando a naturalização da discriminação sofrida pelas mulheres ao longo dos anos, bem como a inércia do Estado brasileiro em coibir tais práticas.

Importante mencionar que apesar do progresso estatal em nomear juridicamente tais práticas, em virtude da não unicidade do Estado brasileiro, a intensa presença do patriarcalismo na sociedade brasileira, tema abordado no tópico anterior, faz com que a transversalidade de gênero impossibilite que as mudanças jurisdicionais atinjam de maneira uniforme todas as mulheres, tendo em vista suas particularidades nas esferas sociais, étnicas e de orientação sexual, por exemplo.<sup>43</sup>

Assim sendo, este subcapítulo é destinado a expor e analisar os tópicos mais relevantes do Código Penal e da Lei Maria da Penha, a fim de que se observe as

---

<sup>42</sup> SHIMA, Erica Maresol Reina. O homicídio passional: entre a paixão e a morte. **Revista do Curso de Direito**, Salvador, n. 127. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1376/1063>. Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>43</sup> MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cad. Pagu: Dossiê O gênero da política: feminismos, estado e eleições**, Campinas, n.43, p.57-118, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332014000200057&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332014000200057&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430057>.

providências tomadas pelo Estado brasileiro diante da latente necessidade da proteção pelo poder estatal às mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio da criação de medidas sociais e legislativas protetivas direcionadas ao gênero feminino.

### 1.3.1 Lei Maria da Penha (11.340/06)

A condenação sofrida pelo Brasil em 2001 na Comissão Intramericana de Direitos Humanos foi um dos precursores da norma destinada especialmente à proteção integral da mulher vítima de violência doméstica e intrafamiliar. Esta condenação se deu através do ingresso, por Maria da Penha Maia Fernandes, em 2001, em virtude da tolerância do Estado brasileiro em processar e punir seu até então marido, após sofrer sucessivas agressões, além de duas tentativas de homicídio realizadas por ele.<sup>44</sup>

Esta lei, denominada Lei Maria da Penha dá cumprimento a dois compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da Organização da Nações Unidas (ONU) de 1979 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Belém do Pará (1994).<sup>45</sup>

Segundo a lei, as formas de violência toda ação e omissão baseada no gênero, compreendendo a física, psicológica, sexual patrimonial e moral, independente da orientação sexual<sup>46</sup> da vítima, configurando em todas as suas formas violação dos direitos humanos, puníveis com detenção de três meses a três anos.<sup>47</sup>

Ademais, a citada lei inovou ao instituir a presença de uma equipe multidisciplinar nos Juizados Especiais especializado a fim de auxiliar as partes, os juízes, defensores públicos e promotores na resolução dos conflitos. Com o apoio de profissionais instruídos, essas intervenções visam gerar reflexão nos agressores sobre os problemas que envolvem a violência doméstica e conscientizá-los da

---

<sup>44</sup> BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**: Lei n. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, p. 133. 2018.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 128-132.

<sup>46</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 19**. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>. Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>47</sup> BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 03 jun. 2019.

necessidade de procurar soluções alternativas à violência para superação de seus conflitos.<sup>48</sup>

Além de tipificar as situações de violência doméstica, a lei proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, como o pagamento de cestas básicas ou de multa de forma isolada.<sup>49</sup> Esta medida tem como principal motivação impedir que esses crimes sejam banalizados em virtude da simplificação da pena, como também obstar a criação de um ambiente ainda mais hostil para as mulheres, tendo em vista o sentimento comumente gerado em situações como estas, de impunidade diante da monetização das agressões, que não contribuem para a reeducação e conscientização do agente.<sup>50</sup>

Em mesmo sentido, a referida lei retirou a competência dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95) para julgar os casos de violência doméstica e atribuiu aos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, acumulando as competências cível e criminal.<sup>51</sup> Esta mudança, além de facilitar o acesso à justiça da mulher em situação de vulnerabilidade, que antes percorria por diferentes órgãos jurisdicionais,<sup>52</sup> considera que a especialização é fundamental para a eficácia das medidas, e por isso, propicia o abandono da “cultura do arquivamento” e da minimalização da violência, presentes nos Juizados Especiais comuns.<sup>53</sup>

Outro ponto que merece destaque foi a criação de medidas protetivas de urgência. Seu objetivo central foi criar um ambiente equilibrado diferentemente do anterior à promulgação da lei citada, no qual o Estado se mantinha inerte ou decretava a prisão cautelar do agente. Desta forma, o Estado responde de forma mais efetiva e menos violenta, uma vez que este requerimento, presente na lei a partir de seu artigo 18, é feito diretamente na delegacia. Nos casos mais críticos, como quando a mulher sofre agressões físicas, quando o agente possui antecedentes criminais ou quando

---

<sup>48</sup> ÁVILA, Thiago André Pierobom de. *Lei Maria da Penha: Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres*. **Busca Legis**, Florianópolis, p.11 e 12, dez. 2007

<sup>49</sup> Conselho Nacional de Justiça. **Sobre a Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/lei-maria-da-penha/sobre-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>50</sup> ÁVILA, Thiago André Pierobom de. *op. cit.*, p.13.

<sup>51</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 19**. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>. Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>52</sup> BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, p. 229-231. 2018

<sup>53</sup> ÁVILA, Thiago André Pierobom de. *op. cit.*, p. 5.

há reincidência no crime de violência doméstica, após o registro de ocorrência da agressão, o juiz poderá decidir cautelarmente o afastamento do agressor do lar em que convive junto com a vítima.<sup>54</sup>

A este respeito, em 13 de maio de 2019, a Lei 13.827 alterou o rol de autoridades capazes de autorizar a aplicação de medidas protetivas de urgência direcionada às mulheres ou seus dependentes em situação de violência doméstica, incluindo além da autoridade judicial, o delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca e o policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia, devendo o juiz ser comunicado em prazo não superior a 24 horas, para decidir em igual prazo pela manutenção ou revogação da medida aplicada, bem como dar ciência ao Ministério Público. Outrossim, a mesma lei determina que sejam registradas as medidas protetivas nos bancos de dados do CNJ.<sup>55</sup>

No entanto, esta mudança legislativa é tema da Ação direta de inconstitucionalidade nº 6.138, no qual a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) alega ofensa ao princípio da reserva de jurisdição, do devido processo legal e o da separação de poderes, uma vez que não compete à autoridade policial decidir acerca de questões jurisdicionais. Por outro lado, a associação questiona o fato da inviolabilidade do domicílio, argumentando que caso as autoridades policiais detenham tal competência, haverá cerceamento de liberdade, sem a devida instauração do processo e o proferimento de decisão judicial. Desse modo, a lei é passível de mudança, sendo necessário aguardar o seu julgamento no Supremo Tribunal Federal.<sup>56</sup>

Destaca-se que há, ainda, a previsão de detenção de 3 meses a 2 anos caso o agressor descumpra as medidas protetivas de urgência fixadas, novidade trazida pela Lei 13.641/2018.

---

<sup>54</sup> ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Lei Maria da Penha: Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres. **Busca Legis**, Florianópolis, p.6-8, dez. 2007.

<sup>55</sup>BRASIL. Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm#art2). Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>56</sup> Adotado rito abreviado em ADI contra autorização para autoridade policial aplicar medidas protetivas da lei maria da penha. Brasília, 31 maio 2019. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=412849>. Acesso em: 03 jun. 2019.

Outro aspecto relevante na Lei Maria da Penha é o tratamento que se deu às lesões corporais, que se tornaram incondicionadas nos crimes envolvendo mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sendo inclusive matéria fixada pela Súmula 542/STJ<sup>57</sup>, não necessitando, portanto, de representação da mulher para que o agente seja punido. Esta maior proteção pelo Estado se deu em virtude da alta frequência com que as mulheres desistiam da ação contra seus parceiros, movidas pela vergonha, arrependimento, e até mesmo pelo perdão. Thiago Ávila explica que em um ambiente familiar, principalmente conjugal, as agressões e as conciliações ocorrem dentro de um ciclo. Primeiro ocorre a agressão, após, a separação emocional, a reconciliação, seguida da lua-de-mel e, por fim, as agressões novamente, reiniciando um novo ciclo.<sup>58</sup>

Por isso, as reiteradas retratações à representação não são mais permitidas. O Estado age com o objetivo de impossibilitar que o ciclo se reinicie e que a mulher sofra com novas agressões, portanto tratar este tipo de crime como incondicionado é relevante para superar a pressão sociológica que existe sobre a mulher para esta não levar adiante a responsabilização do crime.<sup>59</sup>

Observa-se que as novidades trazidas pela Lei Maria da Penha viabilizam maior proteção à mulher em situação de vulnerabilidade, uma vez que a violência de gênero passou a ser objeto de proteção jurídica a pouco tempo, pois antes os tipos penais visavam salvaguardar apenas a honra da família e o papel social da mulher. Ademais, não detém caráter unicamente repressivo, em razão de compreender medidas destinadas não somente à reeducação do agressor, como à proteção da vítima e também à descontinuação da violência.<sup>60</sup>

Portanto, diante da necessidade de equilibrar as relações entre os gêneros na sociedade, com base na criação da 11.340/06, Carmen Hein de Campos afirma que “as tensões entre o conservadorismo legal (doutrinário e jurisprudencial) e as propostas feministas devem ser resolvidas na superação do primeiro e na inscrição

<sup>57</sup>BRASIL. Superior Tribunal Federal. **Súmula nº 542.** Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=%28sumula%20adj1%20%27542%27%29.sub.#T1TEMA0>. Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>58</sup> ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Lei Maria da Penha. Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres.** Busca Legis, Santa Catarina, p.15, dez. 2007

<sup>59</sup> Ibidem, p.15.

<sup>60</sup> FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: O Processo Penal no caminho da efetividade: Abordagem jurídica e multidisciplinar.** São Paulo: Atlas, p. 237-242, 2015.



de um novo lugar para as mulheres, a partir do segundo”. Objetivou-se desta forma romper com os paradigmas de gênero existentes no âmbito penal, além de dar efetividade às normas que salvaguardam as mulheres.<sup>61</sup>

### 1.3.2 Código Penal – Femicídio

Em 2013, a CPMI da Violência contra a Mulher apresentou proposta que alterava o art. 121 do Código Penal, inserindo como qualificadora do crime de homicídio, o feminicídio. O Projeto de Lei do Senado de nº 292, em sua justificção, aponta que a importância de tipificar este crime se dá em virtude da latente necessidade de punir os agentes que agem imbuídos pela vontade última de controle da vida e da morte sobre as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres. Isso se dá em razão da desigualdade de gênero presente na sociedade brasileira, e deve ser combatida para evitar que “feminicidas sejam beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como o de terem cometido “crime passionai””.<sup>62</sup>

Além disso, ressalta que a promulgação da Lei Maria da Penha serviu para dar o pontapé inicial na luta pela igualdade de gênero e pela universalização dos direitos humanos, por isso o feminicídio, caracterizado como um crime de ódio contra as mulheres, deve ser amplamente combatido, tendo em vista que fundamenta-se de maneira sociocultural, em detrimento da cultura patriarcal presente no Brasil, em que a mulher além de ser dominada pelo homem, sofre com o cerceamento de seus direitos, frente à cultura de impunidade pregada pela sociedade e pelo Estado em ambientes familiares e conjugais.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> CAMPOS, Carmen Hein de. Femicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.103-115, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275>. Acesso em: 04 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275>.

<sup>62</sup> BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Projeto de lei do Senado Federal nº 292**, 2013. Violência contra a mulher: texto inicial. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatoriofinal-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-mulheres>. Acesso em: 04 jun. 2019.

<sup>63</sup> BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Projeto de lei do Senado Federal nº 292**, 2013. Violência contra a mulher: texto inicial. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatoriofinal-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-mulheres>. Acesso em: 04 jun. 2019.

Após discussões no Congresso Nacional, estabeleceu-se na Lei 13.104/2014 que o feminicídio consiste na morte por razões de gênero em duas circunstâncias: quando a violência sofrida ocorre no ambiente doméstico e familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Ressalta-se que esta última categoria de violência baseada no gênero visa englobar as condutas misóginas frequentemente observadas nas qualificadoras do motivo torpe, que revelam as atitudes discriminatórias conceituadas pelo art. 1º da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979, na qual o Brasil é signatário.<sup>64</sup>

Assim, levando em consideração o problema da presente pesquisa, verifica-se que a vulnerabilidade feminina nos mais diversos âmbitos sociais, incluindo o público e o privado, configura para Campos, em relação ao feminicídio “uma adequação típica contraposta à figura do homicídio, visando diferenciar e nominar a especificidade das mortes de mulheres”, uma vez que nessas situações “não há perda do controle ou injusta provocação da vítima, mas uma atitude consciente de negação do direito à autonomia feminina”. Ademais, a forma com que o crime de feminicídio é praticado revela uma singularidade, mostrando-se distinto das mortes de homens, legitimando desta maneira a sua tipificação penal.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> BRASIL. **DECRETO-LEI nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**. Art. 121,CP [...]

Homicídio qualificado

§ 2º [...]

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

[..]

§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 04 jun. 2019.

<sup>65</sup> CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. , Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.103-115, 7 ago. **Sistema Penal & Violência**. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275>. Acesso em: 04 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275>.

## **2 CRIMINOLOGIA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO**

O papel coadjuvante da mulher no cenário político, social e familiar foi o propulsor dos movimentos feministas no combate às desigualdades de gênero nas mais diversas esferas, e sob essa influência, houve a introdução das demandas feministas no ordenamento jurídico brasileiro.

A criminologia crítica feminista tem especial atenção para a presente pesquisa, pois com o propósito de cessar a invisibilidade da mulher brasileira no cenário público e privado, foi a corrente responsável por romper com o ciclo de estudos que replicavam orientações discriminatórias. Esses estudos contribuíram para a introdução da mudança de pensamento na sociedade consoante com a necessidade de ressignificar o papel da mulher como vítima.

A este respeito, vale a reflexão de que apesar do judiciário ter o dever de agir imparcialmente, deixando de lado as convicções e crenças pessoais, é difícil de acreditar que o magistrado ou o conselho de sentença ajam dessa forma frente a casos pautados pela subjetividade. Assim, a presença dos valores de juízo que imperam nas decisões parciais são facilmente observadas por decisões técnicas disfarçadas, que se negam a julgá-las com a correta análise de um problema maior: a desigualdade entre os gêneros.

Neste capítulo, portanto, procuro demonstrar as contribuições da criminologia feminista e dos estudos da vitimologia, que buscam entender o papel da vítima e consequentemente a vitimização da mulher, do homem ou da família que são inseridas neste contexto, bem como da equivocada ideia masculina de pertencimento, coisificação e propriedade da mulher nas relações afetivas, visando assim, a incorporação do paradigma de gênero, trazido com detalhes no capítulo anterior, aos debates que circundam a violência de gênero.

### **2.1 Criminologia feminista e seus desdobramentos**

A criminologia, em termos gerais, consiste no estudo que busca analisar e conceituar elementos como o crime em si, vítima e criminoso, o sistema penal, bem como as formas de controle utilizadas pelo Estado, a fim de compreender o

funcionamento do sistema social e penal.<sup>66</sup> Deste todo, existem diversas vertentes que se dedicam a estudar estes pressupostos inseridos em diferentes contextos, como por exemplo a criminologia feminista, que se debruça na construção de paradigmas como a criminologia feminista negra, a queer e a marginal, por exemplo.<sup>67</sup>

Neste sentido, a criminologia feminista, por sua vez, rejeitando o discurso androcêntrico no qual se basearam os demais estudos criminológicos, voltado para um “discurso de homens, para homens e sobre homens”, em que a mulher era considerada apenas como uma variável<sup>68</sup>, criou um pressuposto teórico a fim de explorar a criminologia e as demandas femininas.

Sobretudo, o estudo da criminologia por meio de seu método interdisciplinar, tem por escopo trabalhar com hipóteses qualificadas, precisas e confiáveis, com o agrupamento de estudos específicos que, juntos, culminam para firmar um entendimento sólido, respeitando as singularidades e especificidades de cada área de análise, como por exemplo a antropologia, psicologia, direito e política. Assim, com a junção das diversas variantes e teses, bem como com o preenchimento de possíveis lacunas, torna-se possível alcançar um resultado mais próximo possível da realidade.<sup>69</sup>

Houve um grande marco na ciência criminal, chamado de Teoria do etiquetamento, ou *Labeling approach*, que quebrou com o paradigma do estudo da etiologia individual e socioestrutural do crime, ampliando o foco da análise criminológica para os processos de criminalização, ou seja, passou-se a indagar o porquê determinadas condutas são criminalizadas em detrimento de outras.<sup>70</sup>

Nessa perspectiva, questionou-se acerca do sistema de punitividade e os seus mecanismos de criminalização primária (seleção das condutas criminalizadas por parte do Estado), de criminalização secundária (critérios desiguais utilizados pelos instrumentos repressivos sobre os indivíduos vulneráveis à incidência da aplicação

<sup>66</sup> MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, p. 20, 2014.

<sup>67</sup> CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologias Feministas: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo**. p. 1. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c112115f1c81e4f4>. Acesso em: 24 jul. 2019.

<sup>68</sup> MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, p. 157, 2014.

<sup>69</sup> CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de Criminologia**. 4. ed. Niterói: Impetus, p. 15, 2009.

<sup>70</sup> CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 321.

penal) e pela reprodução de estigmas ocasionados pela forma com que é aplicada a execução das penas.<sup>71</sup>

Por outro lado, a criminologia crítica brasileira enfrentou situação dissidente ao estabelecer pautas voltadas para a criação de políticas públicas visando a diminuição das violências contra as mulheres e a criação de meios punitivos e coercitivos para inibir a sua prática, e ao criticar as violências público-institucionais seletivas direcionadas aos homens e mulheres vulneráveis.<sup>72</sup>

A partir da criminologia pós-moderna, a criminologia feminista, por volta dos anos oitenta e noventa, inova ao debater 4 diferentes argumentos até então ignorados na interpretação e aplicação do Direito Penal:

“[...] (1) problematiza o termo mulher como uma categoria unificada; (2) reconhece que as experiências das mulheres são em parte construídas por discursos legais e criminológicos; (3) revisita as relações entre sexo e gênero e (4) reflete sobre os pontos fortes e limites da construção feminista de ‘verdades’ e do conhecimento.”<sup>73</sup>

Com isso, observou-se que há uma dupla violência contra a mulher no sistema penal focado no homem, quais sejam, o menosprezo à violência sofrida no âmbito doméstico e familiar, bem como de quando a mulher, além de sofrer com os desdobramentos de sua conduta delitiva, sofre também com o “aumento da punição ou o agravamento das formas de execução das penas exclusivamente em decorrência da condição de gênero”.<sup>74</sup>

Além disto, analisar as violências sofridas pelas mulheres nos mais diversos âmbitos de sua vida, implica também entender como a masculinidade e as relações de gênero influenciam na produção dessas violências, neste sentido, a criminologia vem como uma maneira de entender de forma realista a experiência vivida pelas vítimas. Assim, a masculinidade, já tratada em tópico específico desta monografia, aplicada à criminologia, traz consigo dois aspectos, segundo Carmen Hein de Campos:

<sup>71</sup> CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.143-172.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>73</sup> CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologias Feministas: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo**. p. 1. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c112115f1c81e4f4>. Acesso em: 24 jul. 2019.

<sup>74</sup> CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. op. cit., p.152.

“[...] o crime é simbolicamente masculino e a masculinidade fornece o motivo para uma boa parte de crime. As qualidades demandadas do criminoso como ousadia, tenacidade e agressão são masculinas. As qualidades inerentes ao feminino como conformismo, apatia e domesticidade não conformam o perfil de criminoso”.<sup>75</sup>

A partir dessa conclusão, buscou-se entender também o ambiente no qual a prática dessas violências está presente, bem como o sentimento das partes envolvidas. A este respeito, vale destacar que o Direito Penal em si não é capaz de refletir e observar as necessidades e sentimentos das mulheres inseridas em um ambiente familiar de violência, assim, na prática, nota-se que muitas mulheres demandam do Poder Judiciário não para a aplicação pura e simples do sistema de justiça penal, com o fim de condenar o agressor, mas sim para buscar do Estado uma solução para a desarmonia familiar.<sup>76</sup>

A este respeito, uma interessante pesquisa realizada com juízas e juízes de sete diferentes capitais brasileiras<sup>77</sup> revelou que há frustração por parte das agredidas pelo tratamento impessoal na resposta do Direito Penal, que muitas vezes apresenta-se como um auxílio pontual e secundário, que pode ser observado pelo relato abaixo:

“Ela chega interessada sabe em quê? Em que o juiz tenha uma varinha mágica e toque no marido dela e transforme esse marido no homem ideal que ela foi condicionada para ter, no príncipe que na infância ela foi condicionada para ter com as historinhas da branca de neve, da gata borralheira, então ela é treinada para ter um príncipe, ela aprendeu até que ela pode, que se ela beijar um sapo para virar um príncipe, então ela casa com um sapo esperando que vá virar príncipe e às vezes não vira. Então ela quer o seguinte: “Doutor eu quero...”, uma vez uma mulher falou comigo assim, “Doutor eu só quero que o senhor dê um aperto nele aqui, o senhor dá um aperto nele aqui, ele tem que saber que rapadura é doce, mas não é mole”. Gente é assim, é a simplicidade da pessoa, o que ela quer não é acabar com o casamento, ela gosta daquele homem, ela é condicionada na vida para ter um homem, para ser feliz, ela acha que só vai ser feliz se tiver um homem, então ela não vai abrir mão daquele homem, mas ela não quer apanhar.” (Juiz 21)<sup>78</sup>

<sup>75</sup> CAMPOS, Carmen Hein de. “**Criminologias Feministas: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo**”. p. 3. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c112115f1c81e4f4>. Acesso em: 24 jul. 2019.

<sup>76</sup> VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. **Punir, proteger, prevenir?: A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal**. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

<sup>77</sup> MELLO, Marília Montenegro Pessoa de; ROSENBLATT, Fernanda Cruz da Fonseca; MEDEIROS, Carolina Salazar L’armée Queiroga de. O que pensam as juízas e os juízes sobre a aplicação da lei maria da penha: um princípio de diálogo com a magistratura de sete capitais brasileiras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p.442-448, 22 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v8i1.5147>.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 437-438.

Assim sendo, a lógica binária de agressor *versus* agredida não se mostra eficiente para tratar dos conflitos aqui discutidos nesses casos em comento, pois desconsidera o caráter dinâmico das relações afetivas anteriores nos quais os indivíduos fazem parte, ignorando a complexidade do vínculo familiar entre as partes do processo que subsiste em meio à agressão.<sup>79</sup>

Entretanto, não se pode negar que, independentemente da frustração de parcela das mulheres agredidas, a criação da Lei Maria da Penha, bem como inclusão do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, tiveram papel fundamental para dar visibilidade a um problema social grave na sociedade brasileira, desse modo, por mais que a lei penal não garanta por completo a não realização das agressões no ambiente familiar e doméstico e nem consiga atender às expectativas das vítimas em determinadas situações, ela tem, em sua essência, a condenação por parte da sociedade de comportamento inaceitável e injustificável.<sup>80</sup>

Em que pese a norma penal não incorpore as questões puramente individuais e sentimentais, segundo Campos e Carvalho, a Lei Maria da Penha criou um “sistema jurídico autônomo que deve ser regido por regras próprias de interpretação, de aplicação e de execução da Lei”<sup>81</sup>, inovando na dogmática jurídica ao incluir as seguintes medidas de natureza extrapenais:

(a) os programas de longo prazo como planejamento das políticas públicas, promoção de pesquisas e estatísticas, controle da publicidade sexista; (b) as medidas emergenciais como a criação de cadastro de programas assistenciais governamentais nos quais as mulheres em situação de violência doméstica tenham prioridade de assistência, sobretudo quando há risco à sua integridade física e psicológica, e a previsão de remoção ou de afastamento do trabalho de forma prioritária quando a servidora pública é vítima ou sua integridade física e psíquica encontra-se em risco; e (c) as medidas de proteção ou contenção da violência como criação de programas de atendimento ou proteção, fornecimento de assistência judiciária gratuita, possibilidade de atendimento por equipe multidisciplinar (CAMPOS, 2008)<sup>82</sup>.

<sup>79</sup> VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. **Punir, proteger, prevenir?: A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal**. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

<sup>80</sup> Ibidem, p.20.

<sup>81</sup> CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.143-172.

<sup>82</sup> CAMPOS, 2008 *apud* CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. **Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira**. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.144.

A criminologia feminista, portanto, foi de suma importância no cenário brasileiro para a construção de políticas públicas voltadas às mulheres, bem como para incentivar discussões e debates que contribuíssem para a mudança do pensamento em diferentes áreas do Direito e da sociedade brasileira, uma vez que anteriormente não havia a percepção de que esse tipo de violência, destinado principalmente às mulheres, ocorria em virtude de gênero, da masculinidade e do machismo, que regem os principais atos da sociedade nas relações institucionais e sociais.<sup>83</sup>

## **2.2 A relação da criminologia com o estudo da vitimização no contexto de violência de gênero**

Partindo do princípio de que o desenvolvimento dos estudos voltados para a compreensão do comportamento social no âmbito penal orientou-se pela premissa de entender as diversas interações e variáveis que caracterizam o crime em si, nota-se que a interpretação das condutas praticadas pelas partes envolvidas no ato ilícito elevou o nível dos estudos, que se voltam para entender os diversos cenários de violência.

Considerando o contexto no qual esta ciência foi desenvolvida, convém mencionar inicialmente, de forma bem breve, o seu histórico. Seguindo os parâmetros da criminologia de caráter positivista, o estudo da vítima, nomeado “vitimologia” concentrou-se após a década de 70 em entender biologicamente, antropologicamente e socialmente a interferência e a conduta da vítima no caso em concreto. Seu papel, entretanto, sofreu mutações, assim como a criminologia, e, atualmente visa encontrar soluções para amenizar ou evitar a vitimização.<sup>84</sup>

Este estudo foi fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltados para inibir o comportamento violento, bem como para a assistência da vítima. Essa preocupação se deu em momento posterior à Segunda Guerra Mundial, como uma reação ao “fenômeno da macro-vitimização”, direcionados aos judeus, ciganos e homossexuais. Neste período, os movimentos feministas também estavam

---

<sup>83</sup> DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 29, p.305-337, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000200013>. Acesso em: 02 ago. 2019.

<sup>84</sup> SOUZA, Luanna Tomaz de. Vitimologia e gênero no processo penal brasileiro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Pará, v. 7, n. 2727, p.38-64, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6102>. Acesso em: 18 set. 2019.



progressivamente ganhando ascensão no cenário mundial, fato que teve importante influência na resposta ética e social aos problemas da época.<sup>85</sup>

A Assembleia Geral da Nações Unidas, na sua resolução 40/34, de 29 de novembro de 1985 adotou a Declaração dos princípios básicos da justiça relativos às vítimas da criminalidade e abuso de poder. Segundo esta declaração, a vítima, além da que sofre o dano direto, seja ele físico e moral, inclui também “os familiares próximos ou dependentes da vítima direta e as pessoas que tenham sofrido danos ao intervir para prestar assistência a vítimas em perigo ou para impedir a vitimização”.<sup>86</sup> Isto posto, sendo o conceito de vítima aberto, e passível de interpretações, ao longo desta pesquisa identifiquei três diferentes classes de vítimas além da mulher e do Estado, que serão expostos em tópico oportuno.

Tendo em vista o fato de os casos de violência de gênero ocorrerem em sua maioria em um ambiente afetivo familiar, em que muitas vezes o agressor e a vítima são genitores e compartilham a guarda e proteção de seus filhos, pode-se afirmar a inevitável posição de vítimas destes também, diante do grave delito cometido, sendo diametralmente atingidos pela destruição familiar que esta conduta provoca. Esta violência intrafamiliar também sofre influência da perspectiva de gênero introduzida no contexto familiar, reafirmando as relações de poder, seja ela de gênero ou de geração, ou pelo fato econômico, visando a dominação e exploração do polo fragilizado.<sup>87</sup>

Por outro lado, nos termos da Declaração supracitada adotada pela ONU, são vítimas também as pessoas que, de alguma maneira, são atingidas na tentativa de deter a violência presenciada. Pude observar em dois casos que, apesar de não serem vítimas principais nos quais o agente pretendia direcionar as agressões, tornaram-se

---

<sup>85</sup> SOUZA, Luanna Tomaz de. Vitimologia e gênero no processo penal brasileiro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Pará, v. 7, n. 2727, p.43, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfrpr.edu.br/cgt/article/view/6102>. Acesso em: 18 set. 2019.

<sup>86</sup> **Declaração dos princípios básicos de justiça relativos às vítimas da criminalidade e de abuso de poder** - Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/34, de 29 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclPrincBasJusVitCrimAbuPod.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

<sup>87</sup> ANDRADE, Clara de Jesus Marques; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-595, 2008.

vítimas ao discordarem da prática delitiva e, ao agir com o fim de cessá-las foram lesionadas.

Assim como a criminologia, a vitimologia demonstrou a possibilidade de alguém ocupar o lugar de vítima à luz de três diferentes aspectos, quais sejam, a vitimização primária, que analisa os fatores intrínsecos à pessoa e ao delito, como os de ordem física, psicológica e econômica, de maneira positivista; a vitimização secundária, que ocorre pela falha dos órgãos de controle social ao exercer sua função de repelir as práticas delitivas; a vitimização terciária, provocada pelo grupo social em que convive, bem como pelos organismos de ajuda<sup>88</sup> e, por último, a autovitimização secundária<sup>89</sup>, que consiste na crença pela própria vítima de que ela é responsável pelo evento criminoso.

Quanto a este último aspecto, é possível relacioná-lo com o fato de que tanto no sistema penal, quanto na sociedade, há na violência de gênero uma inversão dos papéis e do ônus da prova. Não é raro observar que nos crimes que ocorrem na esfera privada, sobretudo os que acontecem em contexto familiar ou afetivo, paira uma constante desconfiança se a vítima mulher é de fato uma vítima ou se ela contribuiu significativamente para o resultado do ato ilícito, ou seja, se é uma vítima simulada. Percebe-se, assim, a existência do constrangimento e humilhação desde o inquérito policial até o término do processo penal, bem como nas reações advindas do círculo social em que a vítima é inserida. Alguns fatos são questionados, como “a moralidade da vítima (para ver se é ou não uma vítima apropriada), sua resistência (para ver se é ou não uma vítima inocente), e a atitude reticente a condenar somente pelo exclusivo testemunho da mulher (dúvidas acerca da sua credibilidade)”.<sup>90</sup>

Os efeitos dessa violência institucional podem ser vistos na existência de uma cifra oculta quanto à vitimização feminina no âmbito privado, no que tange,

<sup>88</sup> SOUZA, Luanna Tomaz de. Vitimologia e gênero no processo penal brasileiro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Pará, v. 7, n. 2727, p.48-49, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6102>. Acesso em: 18 set. 2019.

<sup>89</sup> TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/39250308/Manual\\_de\\_Psicologia\\_Jur%C3%ADdica\\_PARA\\_OPERADORE\\_S\\_DO\\_DIREITO](https://www.academia.edu/39250308/Manual_de_Psicologia_Jur%C3%ADdica_PARA_OPERADORE_S_DO_DIREITO). Acesso em: 18 set. 2019.

<sup>90</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 71-102, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185>. Acesso em: 19 set. 2019. doi: <https://doi.org/10.5007/%x>.

principalmente, à violência praticada nas relações de parentesco ou afetivo, tanto pelo receio das mulheres ao reportarem os abusos sofridos e com isso serem retaliadas, quanto pelo próprio Estado e a sociedade, que por muitos anos optaram pela inércia e manutenção do *status quo*. Os movimentos feministas, por sua vez, tiveram suma importância para a retirada dessas situações do ambiente privado, expondo-os e exigindo a sua conversão em problemas públicos penais, ou seja, na sua positivação pelo Estado.<sup>91</sup>

A este respeito, Vera Regina Pereira de Andrade é assertiva ao afirmar que o Direito Penal submete a vítima mulher à dupla vitimização. Isso porque é um sistema essencialmente androcêntrico, que além de não prevenir futuras condutas ilícitas, não se volta para os interesses das vítimas, não contribui para o entendimento da violência sofrida ou para desenvolvimento de soluções para o conflito, e muito menos colabora para a inclusão do paradigma de gênero nas discussões que o circundam.<sup>92</sup> Para a autora, a mulher torna-se também vítima de uma violência estrutural, que se divide em dois importantes tipos:

“[...]a violência estrutural das relações sociais capitalistas (que é a desigualdade de classes) e a violência das relações patriarcais (traduzidas na desigualdade de gênero), recriando os estereótipos inerentes a estas duas formas de desigualdade.”<sup>93</sup>

Seguindo tal linha de pensamento, Vera Regina Pereira de Andrade também pontua que nem sempre transformar um problema da esfera privada em um problema social com repercussão no sistema penal é a resposta adequada para cessar a prática delituosa. Para ela, essa proposição serve especialmente para as demandas feministas, pois ao pleitearem reações do sistema penal, se submetem a uma instituição que por essência só reproduzirá a dependência masculina, uma vez que que por si não garante a emancipação e a autonomia feminina. Para ela, o movimento feminista, de maneira equivocada, ao recorrer à proteção de um sistema classista e sexista, perde o eixo que permeia as suas reivindicações, dirigidas a “soluções mais criativas, radicais e eficazes” e encontram, por sua vez, uma resposta discriminatória disfarçada.<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Criminologia e Feminismo**: Da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. Porto Alegre: Sulina, 1999, p.110.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 113

<sup>93</sup> *Ibidem*, p.113.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 115-116

Convém acrescentar a equívoca ideia de que o Direito por si tem total desvinculação com a sociedade patriarcal em que está inserido. Nota-se, portanto, que a teoria jurídica e o direito fundamental da igualdade presente na Constituição Federal brasileira nada mais é do que reflexo e produto da cultura, e por isso, ao criticar o comportamento social, critica-se também o Direito e seus desdobramentos, uma vez que não foi inserido na teoria jurídica o paradigma de gênero.<sup>95</sup>

Apesar desta crítica, em contrapartida, no exemplo brasileiro, a Lei Maria da Penha inovou em vários aspectos para proteger às mulheres e evitar a sua revitimização, principalmente quanto à punição e a prevenção frente esses crimes. Para esta última medida, a solução dada foi a possibilidade do acompanhamento psicossocial, uma vez que tais crimes possuem bagagem social e histórica relevante, que impulsionam a perpetuação de comportamentos agressivos baseados no gênero e na subjugação da mulher. O que se buscou alcançar não foi a conciliação a todo custo, mas sim esclarecer para as partes a gravidade de uma situação de violência doméstica, e enfatizar a importância de soluções que proporcionem uma resposta efetiva ao problema de fundo da violência, visando assegurar a integridade de todos os envolvidos.<sup>96</sup>

Todavia, na prática, a realidade se demonstra outra, pois apesar de já terem passados treze anos da promulgação da lei, o sistema de justiça criminal demonstrou-se incapaz de oferecer à mulher inserida em um contexto de violência um ambiente de fato especializado e apto a atender as demandas de gênero em sua complexidade, bem como na alta probabilidade de revitimização da mulher, havendo assim a necessidade de se pensar a violência de gênero além do sistema tradicional retributivo, a fim de estabelecer na sociedade a ressignificação do papel da mulher na esfera pública e privada e evitar a sobrevitimização.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> GOMES, Camilla de Magalhães. Criminologia, feminismo e direitos humanos - A cifra oculta do feminino no Direito Penal, FAESA, III Seminário Latino-Americano de Direitos Humanos – Direitos Humanos, Multiculturalismo e Diversidade na América Latina, p. 11-12.

<sup>96</sup> ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Lei Maria da Penha: Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres. **Busca Legis**, Florianópolis, p.21, dez. 2007

<sup>97</sup> MELLO, Marília Montenegro Pessoa de; ROSENBLATT, Fernanda Cruz da Fonseca; MEDEIROS, Carolina Salazar L'armée Queiroga de. O que pensam as juízas e os juizes sobre a aplicação da lei maria da penha: um princípio de diálogo com a magistratura de sete capitais brasileiras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p.442-448, 22 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v8i1.5147>.

Tendo em vista o objetivo do presente trabalho, ressalta-se a presença de um ponto de convergência nos casos de violência sofrida por mulheres e homens motivados pelo gênero, a chamada masculinidade hegemônica, que prega, sobretudo a assimetria e dominação do homem sobre a mulher<sup>98</sup>, e a visão, nos casos aqui apresentados, de que o matrimônio e as relações afetivas são de responsabilidade e domínio do homem, ou seja, a ele cabe o privilégio e a função tirânica de controlar e punir, se necessário, sua companheira e quem quer que esteja envolvido no comportamento que, segundo ele, não condiz com o que ele julga ser o ideal.

Isto posto, com base nas diversas contribuições do estudo da vitimologia na gênese do crime, conclui-se pela necessidade de transformar a vitimização das mulheres pela perspectiva de gênero, para que assim, a coisificação e limitação fixada na esfera privada à esta parcela da população sejam deixados no passado, além disso, é imprescindível que o sistema penal brasileiro se modifique a fim de atender eficazmente as demandas trazidas pelas mulheres em contexto de violência doméstica, para que assim, seja possível concedê-las o máximo de autonomia e protagonismo, superando desta forma o modelo penal estritamente retributivo.

### 2.3 Ciúmes, sentimento de posse e a criminologia cultural

A coisificação da mulher e o conseqüente sentimento de posse existente em muitos relacionamentos amorosos não são fenômenos da modernidade. Desde o século passado a mulher é tida como propriedade do homem, seja pela dependência financeira ou pela subjugação desta perante o masculino, é comum se observar que os relacionamentos, afetivos ou não, guardam quase que de forma inerente, o exercício de poder e proteção do homem para com a mulher.<sup>99</sup>

Não são raros os casos em que a legítima defesa da honra ainda é usada nos dias atuais como justificativa de certos comportamentos delitivos. Essa argumentação, por exemplo, por diversas vezes foi colocada equivocadamente no ordenamento jurídico brasileiro em pé de igualdade com o direito fundamental da vida. Esta

<sup>98</sup> ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 161-189, 1996.

<sup>99</sup> FREITAS, Raquel Araújo de; SILVA, Cristian Kiefer da. **Homicídio Passional**: a influência social em sua evolução legislativa e jurisprudencial no Brasil. Minas Gerais. p. 7. Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=591>. Acesso em: 19 set. 2019.

afirmação, em termos práticos, pode ser observada na previsão, pela Lei portuguesa aplicada no Brasil colônia, da possibilidade do homem (unicamente ele, sem nenhuma previsão para as mulheres) quando traído, matar sua mulher e o amante, sem que isso resultasse em sanções penais.<sup>100</sup>

Na década de 50, as assimetrias de gênero imperavam na sociedade, o papel da mulher era determinado e restrito ao ambiente privado, a elas, consideradas legalmente incapazes, restava a tutela masculina e o pensamento emotivo, e em contrapartida, aos homens, além da reafirmação social de provedor e protetor da família, pois eram responsáveis por corrigir e educar à maneira patriarcal, era assegurado o direito de fala, assim como o poder coercitivo, econômico e a racionalidade.<sup>101</sup>

Em que pese atualmente a legítima defesa da honra não caracterizar uma atenuante para os tribunais, desde a promulgação do Código Penal de 1940, que retirou da legislação a excludente de ilicitude nesses atos para dar lugar ao homicídio privilegiado, muitos foram os casos em que o marido após matar sua companheira/ex-companheira e/ou seu amante, fora inocentado não só pelos juízes, mas também pelo conselho de sentença, com fundamento no “comportamento desregrado e em desacordo com a vida de casada”, demonstrando a presença imperativa do machismo e do patriarcalismo na cultura brasileira.<sup>102</sup>

A tese da “legítima defesa da honra e da dignidade” ganhou força com a preocupação dos advogados de defesa em conseguir penas menores do que a prevista para o homicídio privilegiado aos seus clientes. Tirando proveito do forte sentimento patriarcal que reinava (e ainda reina) na sociedade, a tese teve grande receptividade pelos jurados e magistrados. Imbuída pelo sentimento de indignação frente a benevolência que eram tratados esses homicidas, a criminologia crítica feminista se encarregou de produzir questionamentos sociais a fim de que esse discurso retrocedesse. A inclusão deste tipo de crime no rol de homicídios qualificados

---

<sup>100</sup> FREITAS, Raquel Araújo de; SILVA, Cristian Kiefer da. **Homicídio Passional: a influência social em sua evolução legislativa e jurisprudencial no Brasil.** Minas Gerais. p. 8. Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=591>. Acesso em: 19 set. 2019.

<sup>101</sup> MARCH, Kety Carla de. “Um legítimo homicídio emocional”: a Justiça e o crime “passional” no Brasil dos anos 1950. **Revista do Corpo Discente do Ppg:** História da Ufrgs, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 20, p.55-80, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/72537>. Acesso em: 20 set. 2019.

<sup>102</sup> FREITAS, Raquel Araújo de; SILVA, Cristian Kiefer da. Op. Cit., p. 8-9.

em virtude de sua hediondez, opondo ao homicida benefícios comuns aos crimes não hediondos, inclusive com o cumprimento inicial da pena em regime fechado, é uma conquista que merece destaque.<sup>103</sup>

Neste sentido, vale salientar que a utilização de nomenclaturas que “amenizam” a grave violência sofrida pelas mulheres no âmbito do judiciário pode ter tido como relevante influência a presença de reações por parte da sociedade que “legitimavam” essa tipologia criminal, em virtude da alta reprovabilidade que esse comportamento da vítima tem no meio social.<sup>104</sup>

Em outras palavras, o Estado, diante de um cenário composto por uma vítima adúltera e um indivíduo masculino traído, permitia que este, movido por sentimentos de violenta emoção ou pela paixão supostamente “provocada pela vítima”, pudesse punir aqueles que retiraram sua “autoridade masculina” na tentativa de reaver a sua masculinidade perdida, e a partir daí compor uma sociedade ideal por meio da disciplinarização institucionalizada, assim, os homens, segundo Kety de March, agiam como um:

“[...] reorganizador dos espaços normativos, pois nem sempre um crime denotava um completo desacordo social, podendo se reverter em ação necessária [...] essa postura jurídica fomentava a perspectiva de que crimes motivados por paixões sociais poderiam ser aceitos socialmente porque tinham com fim primeiro a união social, mesmo que isso representasse a eliminação de um sujeito que não se enquadrasse ao esperado para a manutenção da ordem: uma mulher adúltera ou um homem desrespeitador da honra das famílias, por exemplo”.<sup>105</sup>

Nas palavras de Luciana Garcia Gaia, o homicida nesses casos, age movido pelo egoísmo pautado por suas próprias necessidades e desejos, pois não suporta a possibilidade da rejeição. O amor é transformado em ódio e a morte é a alternativa frente à possibilidade da dor da perda ou do ciúme patológico, tendo em vista que o homem se sente incapaz de manter seu domínio sobre a mulher, e incapaz de evitar que ela se envolva amorosamente com outros indivíduos que não ele.<sup>106</sup>

<sup>103</sup> GAIA, Luciana Garcia. **Homicídios passionais: a paixão e sua motivação para o crime**, Marília: [s.n.], p. 13-15, 2010.

<sup>104</sup> MARCH, Kety Carla de. “Um legítimo homicídio emocional”: a Justiça e o crime “passional” no Brasil dos anos 1950. **Revista do Corpo Discente do Ppg**: História da Ufrgs, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 20, p.55-80, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/72537>. Acesso em: 20 set. 2019.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 64-65.

<sup>106</sup> GAIA, Luciana Garcia. op. cit. p. 66.

Enfrentando essa tese adotada pela defesa, a jurisprudência teve de ser modificada, para que assim, ocorresse uma prevenção e repressão a esta ação criminosa. A criminologia cultural, portanto, contribuiu para a compreensão dos crimes “motivados” pelo ciúme, e na descoberta de meios para a correta aplicação da norma penal.

A partir deste prisma, a criminologia explica, por exemplo, que o criminoso, muitas vezes, precisa externar e comprovar aos outros que “sua honra foi lavada”, para que assim consiga recuperar a respeitabilidade perdida através da violência, pois, na visão dele, necessita obter o reconhecimento social e autoestima perdida pelo abandono ou infidelidade de sua companheira. A honra, por sua vez, não pode ser vista dessa forma, mas sim como pessoal e intransferível, ou seja, não se pode falar no ferimento da honra do marido quando sua mulher é infiel, no entanto, o sentimento de posse e a objetificação das esposas fazem com que o homem, nesses casos, sintase afetado pela honra que não lhe pertence.<sup>107</sup>

Sob tal ótica, a criminologia cultural, corrente pós positivista, busca compreender o comportamento delitivo como reflexo das interações sociais, individuais e culturais. Ao romper com a representação do “criminoso ideal”, essa vertente da criminologia, a partir da atribuição de características subjetivas aos criminosos, entende que analisar as circunstâncias do crime unicamente sob o ponto de vista da racionalidade e da consciência não basta para compreender o significado das condutas. Assim, a resposta binária sujeito-racional (livre-arbítrio) ou determinado (periculosidade) demonstra-se insuficiente, sendo necessário, portanto inserir no caso em concreto subjetividades e os sentimentos humanos, excluídas por outras correntes em nome da neutralidade científica para a interpretação da criminalidade.<sup>108</sup>

Indo nesse percurso, observo que a criminologia cultural, ao incluir atributos emocionais e interpretativos da criminalidade e do comportamento desviante, pode contribuir para a discussão dos crimes em que o indivíduo age movido pelo sentimento

---

<sup>107</sup> GAIA, Luciana Garcia. **Homicídios passionais: a paixão e sua motivação para o crime**, Marília: [s.n.], p. 33, 2010.

<sup>108</sup> CARVALHO, Salo de. Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, Rio Grande do Sul, v. 81, p.295-338, nov. 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Salo\\_Carvalho/publication/254968668\\_Cultural\\_Criminology\\_Perspectives\\_from\\_the\\_Margin/links/5d36fee8a6fdcc370a57ac19/Cultural-Criminology-Perspectives-from-the-Margin.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Salo_Carvalho/publication/254968668_Cultural_Criminology_Perspectives_from_the_Margin/links/5d36fee8a6fdcc370a57ac19/Cultural-Criminology-Perspectives-from-the-Margin.pdf). Acesso em: 24 set. 2019.



de emoção ou “paixão”, posto que eles, anteriormente, quando a tese para a sua defesa foi criada, não eram considerados como perigosos para a sociedade, porque seu crime era “socialmente útil” e a origem da conduta não era vista como decorrente de uma “natureza violenta”.

A periculosidade de tais condutas era amenizada, e o acusado, apesar de não ser considerado como parte do espectro da “anormalidade”, era posto na condição de incapaz de responder por si, porém sem ser reconhecido como alguém que necessidade de cuidados psiquiátricos, visto que agiu sob o efeito de violenta emoção, que, segundo Kety Carla de March, poderia ser influenciada “pelas exigências sociais, na normatização e disciplinarização dos corpos, diante dos interesses juridicamente construídos e socialmente partilhados”, pois esse tipo de violência masculinizada era articulada à excepcionalidade da circunstância do ato ilícito.<sup>109</sup>

Vale ressaltar que a cultura de que o homem tem direito de matar aqueles que ferem a sua masculinidade pode ser observada em diversas vertentes da produção brasileira de entretenimento em diferentes épocas, seja ela musical, exemplificada por letras como “Maria Chiquinha” e “Domingo no parque”, ou de literatura, como em “Gabriela”, quanto ao relacionamento do “Coronel Jesuíno” com sua esposa, conhecida por “Sinhazinha”. O tratamento romântico dado aos relacionamentos abusivos é também considerado como produto da cultura social de subjugação da mulher e da superioridade do homem traído frente ao “traidor”, sendo assim, o “sinal verde” para matar a partir da construção social que legitima tais atos.

Portanto, analisando os crimes contra mulheres e homens “motivados” pelo ciúme, sentimento de posse e pela reafirmação da masculinidade, nos casos em que há a suspeita de traição ou quando a mulher se relaciona amorosamente com outra pessoa, é importante identificar os significados das condutas e os detalhes presentes a partir de uma visão macrosociológica, sobretudo as questões sociais, emocionais e de exercício de poder interligadas à ideia de que o homem, ao ser traído carece, para manter sua honra, de atos lesivos ou até mesmo homicidas, em virtude do “senso

---

<sup>109</sup> MARCH, Kety Carla de. “Um legítimo homicídio emocional”: a Justiça e o crime “passional” no Brasil dos anos 1950. **Revista do Corpo Discente do Ppg**: História da Ufrgs, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 20, p.55-80, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/72537>. Acesso em: 24 set. 2019.

moral” que paira na sociedade que ao mesmo tempo que reprova a conduta da vítima, legitima a do transgressor.

### **3. ESTUDO DE CASOS DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BRASÍLIA**

Quando iniciei o meu trabalho de conclusão de curso, minha pesquisa tinha como enfoque a análise da aplicabilidade das medidas provisórias em casos de violência doméstica que, posteriormente, ocorreram o crime de feminicídio, na Vara do Júri de Brasília. Porém, ao me direcionar ao gabinete do juiz titular da Vara, me deparei com diversos obstáculos que inviabilizariam a minha pesquisa na forma como pretendia de início.

O principal motivo que impossibilitou que a minha abordagem fosse voltada para as medidas provisórias, foi que, o processo, quando é encaminhado para a Vara do Júri perde o apelo da medida provisória, seja ela concedida ou não, e isso dificultaria demasiadamente a análise, pois pelo sistema interno do Tribunal não é possível obter essa informação.

Além disso, observei também que o sistema do TJDF não separa os crimes de feminicídio dos demais crimes qualificados, se não fosse pelo auxílio e assistência do assessor do juiz, a minha pesquisa demandaria uma intensa busca por todos os processos que tramitam na Vara, e conseqüentemente seria impraticável, tendo em vista o curto período de tempo destinado na graduação para a elaboração do trabalho de conclusão.

Após alguns encontros com a minha orientadora, conseguimos definir que de fato, minha pesquisa deveria ser alterada para se adequar aos casos encontrados na Vara, para que assim, eu pudesse fundamentar a minha análise nos casos em concreto da maneira mais autêntica e real possível.

Durante o levantamento dos casos, o servidor do TJDF me informou que tramitavam na Vara muitos processos em que o crime de homicídio decorre de uma violência contra a mulher que repercute em terceiro, normalmente homens. Tendo essa informação como ponto de partida, decidi, juntamente com a minha orientadora, que seria interessante abordar a problemática da violência de gênero desta forma, pois muito pouco se houve falar de seus crimes congêneres, ou seja, a abordagem da violência contra a mulher mesmo quando elas não são as únicas a serem agredidas ou até mortas dentro de uma categoria analítica de gênero. Optei então por concentrar

minha pesquisa nos casos que foram julgados pelo Conselho de Sentença no ano de 2018, para entender como esse tipo de violência é encarado na contemporaneidade.

Dos processos que envolvem violência contra a mulher e que foram julgados na Vara do Júri de Brasília no ano de 2018, encontrei doze casos que me chamaram a atenção. Apenas um desses a vítima mulher e o agressor não estavam em um contexto de relacionamento afetivo e amoroso, e, portanto, não será abordado na presente pesquisa. Em um único caso a vítima era homem e a acusada era mulher, pois que não havia se conformado com o término do relacionamento, não sendo assim, pertinente para esta monografia.

No entanto, houve três casos de feminicídio que foram levados ao Plenário, e em todos há a presença do sentimento de ciúme como ponto de partida da perpetração da violência. Além disso, no ano de 2018, dois crimes que hoje seriam configurados como feminicídio foram julgados, porém, ao tempo da prática do delito não existia esta modalidade de homicídio qualificado.

Contudo, destaca-se que sete dos doze casos julgados em 2018 que achei pertinente, além da vítima mulher inserida no contexto de violência de gênero, houve o homicídio ou lesão de homens que estavam interferindo no conflito do casal a fim de cessá-lo, ou eram vistos como parte de suposta traição, ou até mesmo como pretendentes ou namorados da mulher após o término do relacionamento com o agressor.

Ocorre que, um desses processos o Juízo de Brasília declinou a sua competência em favor da Vara do Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante, o que para o fim da presente pesquisa perdeu o objeto, pois me concentrei nos casos julgados pelo primeiro Juízo. Assim, em quatro dos doze processos foi necessário requerer o desarquivamento, e os outros dois, apesar de já terem sido julgados pelo Conselho de Sentença, ainda tramitavam no judiciário.

A metodologia utilizada consistiu sobretudo no estudo das circunstâncias fáticas dos processos e na forma com que os agentes foram julgados pelo Conselho de Sentença, assim como na exposição de fundamentos relevantes presentes na sentença proferida pelo magistrado para justificar a dosimetria da pena aplicada. Sempre que pertinentes, serão apresentadas teses de acusação e defesa, bem como

a forma com que os envolvidos agiram ao longo do processo e os relatos das testemunhas.

Para sistematizar os processos e para preservar a privacidade das partes, identificarei cada caso a partir do local dos fatos. Assim, serão identificados como: Varjão 1, Varjão 2, Cruzeiro, Estrutural 1, Estrutural 2 e Asa Sul. Antes de analisar caso a caso, apresentarei dados gerais que considero importantes para compreender o contexto em que as vítimas estavam inseridas.

Na metade dos casos a vítima mulher e o réu mantiveram no passado ou mantinham até a data dos fatos, um relacionamento conjugal de pelo menos 18 anos, por outro lado, nos outros três, havia a relação de namoro entre as partes, que não passavam de 1 ano, sendo que em três casos a relação afetiva já havia terminado. Em cinco casos identifiquei a presença explícita de violência contra a mulher, moral ou física em algum momento da relação amorosa, sendo que apenas uma mulher requereu medida protetiva contra o seu companheiro à época dos fatos e à outra a medida foi imposta de ofício pelo juiz. Vale destacar que, metade dos réus foram condenados em concurso com os dispositivos 5º, III ou 7º, I e IV da Lei 11.340/2006, em virtude da conduta perpetrada contra as suas companheiras ou ex-companheiras.

É essencial que se entenda que, apesar dos relacionamentos familiares conterem complexidades que fogem da tecnicidade aplicada nas delegacias e no judiciário, a omissão, seja por parte da vítima ou dos que convivem com ela, pode acarretar em uma agressão ou morte posterior, uma vez que, segundo as testemunhas, todos os autores dos crimes aqui expostos deram sinais anteriores que seriam capazes de matar, por meio de ameaças, comportamentos possessivos e violentos e até mesmo agressões, que não foram comunicadas ao Estado, resultando na sua incapacidade de agir para evitar que o mal maior acontecesse.<sup>110</sup>

Em cinco casos houve o consumo de bebida alcoólica em momento anterior ao crime, sendo que em dois, dentre outros fatores, a vítima mulher foi agredida ou xingada por estar em um ambiente que, segundo julgamento dos réus, não deveria ser ocupado pelo feminino, seja pela conduta “recatada e do lar” esperada por eles, ou pela presença predominante de outros homens do local, o que por si só

---

<sup>110</sup> GAIA, Luciana Garcia. Homicídios passionais: a paixão e sua motivação para o crime. Marília, SP: [s.n.], p. 76, 2010.

representaria uma ameaça ao seu relacionamento. Fato este que demonstra que, ainda na contemporaneidade há a permanência da construção social do gênero quanto a sua funcionalidade, ou seja, a presença da dicotomia masculino-feminino no sistema patriarcal, que determina que os indivíduos, a partir de seu gênero, possa ocupar ou não determinados lugares divididos em nichos construídos por papéis estereotipados.<sup>111</sup>

Apesar de todos os processos conterem vítimas homens, identifiquei apenas duas diferentes circunstâncias determinantes para a sua participação nos eventos, quais sejam: a interferência em episódios de agressão física às mulheres, a fim de cessá-las ou o seu envolvimento sexual ou amoroso com elas, sendo que, em uma única situação o homem se associou das duas formas.

Os autores, ao terem sua “honra ferida” pela traição ou por terem sido repreendidos durante um ato de violência, mostraram-se como participantes de uma dinâmica que não permite que a hierarquia de gênero estabelecida pela lei social se inverta. Quanto à sua aplicabilidade na atualidade, Lia Zanotta Machado, aduz que:

“A construção cultural das categorias e das noções do masculino está se fazendo num campo minado onde se enredam, misturam-se, e fundem-se as identificações com a ideia de portador da lei simbólica (e, portanto, também a ela submisso), produtor arbitrário de lei (e, portanto, sem estar ou precisar a ela se submeter), agente do poder e agente de violência. Tais são as armadilhas da concepção de masculinidade.”<sup>112</sup>

A este respeito, destaco os casos do Cruzeiro e da Asa Sul, pois em ambos o homem se tornou vítima após se impor contra as agressões dos réus deferidas contra as suas companheiras. No primeiro, o réu, segundo depoimento de sua ex-companheira na delegacia, após ter um dia agradável com ela e seus filhos, e esta pedir para que ele retornasse para a sua casa, se sentiu contrariado ao ponto de se direcionar para a casa da vítima e de lá, por meio de uma conversa telefônica, exigir que ela o encontrasse, após sucessivos xingamentos, tais como “vagabunda, prostituta e desgraçada”, além de ameaça-la de morte. Declarou também que o motivo

<sup>111</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 71-102, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185>. Acesso em: 28 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

<sup>112</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Masculinidades**, v. 1, p. 35-78, 2004. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie290empdf.pdf>. Acesso em: 29. Set. 2019.

da separação foi o comportamento agressivo, ciumento e violento do réu, além do excessivo uso de bebidas alcoólicas e que no passado já havia registrado algumas ocorrências policiais contra ele.

Quando a vítima saiu de casa para encontra-lo, o réu lhe deferiu um murro do pescoço, momento em que a vítima homem interferiu para tentar evitar um mal maior. O réu, por sua vez, diante da intervenção, quando indagou ao rapaz o porquê de ele ter “se metido em briga de marido e mulher”<sup>113</sup>, foi atingido por um soco. Segundo as testemunhas, após o golpe, o réu ficou enfurecido, ameaçou o rapaz de morte, que fugiu, e foi até a sua casa para pegar uma arma, posto que era colecionador e sócio de clube de tiro. Após perseguir e tentar atirar na vítima homem, a polícia foi acionada e o réu preso em flagrante, evitando que o ato se consumasse.

Destaco aqui que apesar do relato das testemunhas e da própria ex-mulher do réu na delegacia, a defesa do autor insistiu na relativização dos atos violentos no dia do crime, pois segundo ela “nos dias dos fatos, houve mais uma das corriqueiras brigas de casal, os dois discutiam asperamente, com dedos em ristes um para o outro e muita troca de acusações mútuas, porém nada de agressões físicas, só verbais”<sup>114</sup>. Essa tese de defesa nos remete ao conhecido argumento de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, uma vez que, para o advogado de defesa, aparentemente, os xingamentos, ameaças de morte e a agressão física, não passaram de atitudes comuns ao casal, que não carregam em si potencial delitivo e nem a necessidade de interferência de terceiro.

Neste caso percebi duas singularidades que não observei em nenhum dos outros processos, a primeira foi a negação da vítima mulher, na audiência de instrução dos fatos trazidos por ela no depoimento dado na delegacia. Essa atitude revela a possibilidade da naturalização da dominação masculina na relação afetiva em destaque. Em outros termos, mesmo após sofrer inúmeros episódios de violência durante e após o casamento que teve com o réu, na tentativa de evitar com que ele fosse processado, reconhece a sua submissão por meio da percepção que tem de si e do relacionamento estruturada pela relação de dominação que lhe foi imposta.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> Processo Cruzeiro, fl. 8.

<sup>114</sup> Processo Cruzeiro, fl. 86.

<sup>115</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

A segunda singularidade diz respeito a ter sido o único réu que teve o deferimento da liberdade provisória com fixação de fiança. No entanto, após a pronúncia, o benefício foi revogado, tendo por base a notícia da condenação superveniente do acusado, por delitos contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes (artigos. 243, 240 e 241-A, ECA), à pena de 7 anos de reclusão, 2 e 8 meses de detenção e 33 dias de multa, no regime inicial semiaberto.

Apesar de ter sido denunciado pelo Ministério Público como incurso nos crimes do art. 121, §2º, II e IV c/c art. 14, II, CP (vítima homem); art. 129, §9º, CP, c/c art. 5º, III, Lei 11.340/06 (vítima mulher) e art. 14, Lei 10.826/2003, o juiz decidiu por pronunciá-lo parcialmente, nos termos do art. 413, CPP: pronunciando o réu apenas pela prática dos fatos descritos nos arts. 121, §2º, II c/c art. 14, II, CP, uma vez que quanto ao crime de lesão corporal (art. 129, §9º, CP), não foi possível o convencimento acerca da materialidade, e em relação ao crime do art. 14 da Lei 10.826/03, absolvido sumariamente, nos termos do art. 415, III, CP, pois o fato não constituiu infração penal.

Na sentença, seguindo a decisão do Conselho de Sentença de condenar o acusado pela prática dos crimes dispostos nos arts. 121, §2º, II c/c art. 14, II, CP, o juiz aplicou pena de 4 anos de reclusão em regime inicial fechado, vez que além de foragido, ostenta condenação pelo crime anterior supramencionado.

Já o da Asa Sul, se deu após extremo ciúme e descontrole do réu enquanto estava em uma festa com sua namorada e amigos. Testemunhas disseram que após agredir e morder sua namorada e entrar em luta corporal com um dos rapazes que ali estavam, pois este interferiu nas agressões, o réu foi expulso por seguranças do evento. Relataram também que o convívio entre o casal era conturbado, marcado pela postura agressiva e abusiva por parte do acusado.

Posteriormente, naquela mesma noite por meio das redes sociais e de comunicação, ameaçou de morte o amigo de sua namorada e ela, o mesmo rapaz que “despertou” o seu ciúme injustificado e se interpôs na briga do casal. Por fim, compareceu ao local da festa quando esta havia terminado e desferiu dois tiros contra a vítima homem, que morreu no local. Quanto ao comportamento da vítima, a sentença afirma que:



“Ademais, antes dos fatos, mas em reconhecendo que tem nexo de causalidade com eles, releva o fato de que o acusado provocou e agrediu a vítima em uma briga na festa, mesmo ficando claro que a vítima, a todo momento, não queria brigar e deixou nítido tal intento para o acusado. Este, mesmo diante da atitude de passividade da vítima, chegou a agredir terceira pessoa que também tentava evitar a agressão. Por fim, o comportamento da vítima em nada contribuiu para o fato”.<sup>116</sup>

O réu foi condenado pela prática dos crimes descritos no art. 121, § 2º, I, III e IV, do Código Penal, art. 129, § 9º, Código Penal c/c art. 5º, inc. III e art. 7º, I, V da Lei nº 11.340/2006, art. 147, CP e art. 12, 'caput', da Lei 10.826/03, fixando, desse modo a pena de 21 anos de reclusão mais 1 ano de reclusão e 11 meses de detenção e 12 dias multas, a serem cumpridos inicialmente em regime fechado.

Por outro lado, encontrei nos casos Estrutural 1 e Varjão 1 a semelhança da desconfiança por parte do réu que sua companheira estaria mantendo relações extraconjugais. No caso Varjão 1, na data dos fatos, o réu e sua companheira estavam em um bar, local onde acontecia um forró, nas proximidades de sua casa. Em determinado momento, os dois discutiram e trocaram agressões físicas, o motivo, segundo o réu, foi porque ele desconfiava que sua esposa o estava traindo, pois segundo seu depoimento prestado na delegacia, nos últimos três meses que antecederam os fatos, ela não estava mais atendendo ligações em sua presença, não permitia que ele lhe beijasse ou tocasse, não atendia suas ligações telefônicas e nem mantinha relações sexuais com ele, alegou também que sua companheira havia adquirido cartões de crédito em duas lojas e fez compras na hora de seu serviço, atitude que para ele, gerava desconfiança.

Mais tarde, nesse mesmo dia, a vítima foi para a casa de um homem que conheceu no local das primeiras agressões. Ao saber que sua companheira estava na companhia de outro homem, o acusado foi até a casa deste e ao encontrar sua esposa despida no banheiro, continuou as agressões físicas, com chutes e socos, no entanto, segundo o réu, “ficou cego e pegou a faca que estava na pia” momento em que derrubou a vítima e a esfaqueou sucessivamente. No ato de intervir na ação delitiva do acusado, o terceiro foi atingido pela faca, além de ter quebrado sua clavícula.

---

<sup>116</sup> Processo Asa Sul, às fls. 608-611.

Quanto ao que sentiu durante o crime, o réu disse que “quando viu sua esposa pelada na casa de outro cara, sentiu-se muito mal, porque a amava, sentiu-se acabado”<sup>117</sup>, sendo que o juiz, na sentença, ressaltou que em virtude das circunstâncias do local do crime “o comportamento da vítima contribuiu para o fato”<sup>118</sup>. Esses sentimentos podem ser analisados sob o aspecto da honra subjetiva, posto que nos casos de adultério, para o indivíduo traído, além da ofensa à honra conjugal, há o sentimento de repulsa, abandono e rejeição, presentes quando o amor é físico e traduz o ser amado em propriedade.<sup>119</sup>

A maneira com que o réu expõe seus sentimentos revela a forma com que a tese da legítima defesa da honra era defendida com sucesso em um passado não tão distante, tendo em vista que, “a infidelidade conjugal da mulher era tida como uma afronta aos direitos do marido e, por isso, os jurados viam o criminoso passional com certa benevolência, absolvendo-o na maioria das vezes”.<sup>120</sup> É certo que, apesar da tese estar em desuso, ainda é comum nos dias atuais a presença do discurso no depoimento dos réus de que a justificativa para esse tipo de crime seja o “amor” ou a “paixão”. Segundo Luciana Garcia Gaia:

“A “honra”, citada tão erroneamente pelos passionais, **traduz perfeitamente o sentimento de machismo daqueles que consideram um direito seu a fidelidade e a submissão feminina**; daqueles que defendem que o marido traído precisa “lavar sua honra”, matando a mulher, mostrando à sociedade que sua reputação não foi atingida impunemente e retomando o respeito que acreditam ter perdido”. (grifo nosso)<sup>121</sup>

O ato de encontrar sua companheira despida na casa de terceiro com a posterior tentativa de feminicídio, reflete o significado que o ato sexual tem para os homens, concebida como uma maneira de dominar e se apropriar do objeto feminino, ou seja, por sua posse.<sup>122</sup> A este respeito, a obsessão masculina é tratada nos seguintes termos por Joël Dor:

“O obsessivo não pode perder(...). Do mesmo modo que o obsessivo apresenta uma disposição favorável a se constituir como tudo para o outro,

<sup>117</sup> Processo Varjão 1, às fls. 187-188.

<sup>118</sup> Processo Varjão 1, às fls. 426-427.

<sup>119</sup> BERALDO JUNIOR, Benedito Raymundo. Legítima defesa da honra como causa excludente de antijuridicidade. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 367, 9 jul. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5418&p=2>. Acesso em: 28 set. 2019.

<sup>120</sup> GAIA, Luciana Garcia. **Homicídios passionais: a paixão e sua motivação para o crime**. Marília, [s.n.], p. 31. 2010.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>122</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

deve despoticamente tudo controlar e tudo dominar, para que o outro não lhe escape de maneira nenhuma, isto é, para que ele não perca nada. A perda de alguma coisa do objeto só pode, remetê-lo à (...) uma falha em sua imagem narcísica”. “De uma maneira geral, a estratégia obsessiva consiste em se apropriar de um objeto vivo para transformá-lo em objeto morto, e cuidar para que assim permaneça. Na maior parte do tempo, somente assim é que poderá manter algum comércio amoroso com ele. A fim de melhor chegar a isso, ele pode igualmente enobrecer seu objeto de amor enfeando-o, isto é, transformando-o em objeto cada vez mais indesejável. O que garante, de uma certa forma, que esteja bem morto. Além disso, esta destituição desejante apresenta igualmente a vantagem de ancorar a posse imaginária do objeto contra o olhar de um rival sempre potencial.”<sup>123</sup>

O réu foi condenado pela prática dos crimes do art. 129, §9º, Código Penal na forma do art. 5º da Lei 11.340/2006 (tentativa de feminicídio), à pena de 3 meses de detenção em regime inicial aberto. Em relação às lesões da vítima homem, o juiz decidiu pela extinção da punibilidade em razão da decadência, pois, nos termos da sentença “não há nos autos uma representação formal da vítima para que se proceda ao processamento e julgamento do crime de lesões corporais leves”<sup>124</sup>, visto que após o depoimento na delegacia ele se mudou cidade e não mantém mais contato com ninguém do bairro onde morava.

Em contrapartida, apesar de semelhante ao caso anterior em relação à desconfiança de suposto relacionamento extraconjugal, o da Estrutural 1, segundo o relato da namorada do réu à época dos fatos, se deu após a cisma que o acusado tinha de que ela pretendia retomar relacionamento pretérito. No dia do ilícito, o réu, sabendo que sua namorada estava em um bar local bebendo com suas amigas e que, no mesmo estabelecimento estava presente um ex-namorado dela, efetuou por volta de 10 ligações com o intuito de convencê-la a se direcionar para a casa em que os dois residiam.

Segundo informou a companheira do réu, a vontade de reatar o namoro antigo de fato existia, mas não por parte dela. Em seu depoimento confirmou que seu ex-namorado tentava uma reaproximação, apesar de ser casado, e que o seu atual namorado estava ciente das investidas, que não eram correspondidas. Contou também que tinha conhecimento de que o réu havia mandado mensagens ameaçadoras para ele, em tom intimidador, dizendo “mulher casada tem cheiro de

<sup>123</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Masculinidades**, v. 1, p. 35-78, 2004. *Apud.* DOR, Joël, Estruturas e Clínica Psicanalítica, Rio de Janeiro, Ed.Taurus. p. 105, 111 e 112. 1993.

<sup>124</sup> Processo Varjão 1, às fls. 426-427.

chumbo”, mas que não levou a sério, pois para ela, “ele levava a situação numa boa”<sup>125</sup>.

Ao que tudo indica, no dia do crime, a vítima foi surpreendida por um disparo por arma de fogo em sua face, vindo de um carro que estacionou perto do bar em que estava. Testemunhas contam que após ser atingida, ainda consciente, a vítima afirmava repetidamente que o autor dos disparos havia sido o companheiro de sua ex-namorada, o mesmo que já teria o ameaçado em oportunidade prévia.

Destaco aqui um fragmento do relatório informativo emitido pela Polícia Civil responsável pelo inquérito dos fatos, no qual o Delegado-Chefe diz que “aqui fica comprovado de forma incontestável que o autor estava descontrolado, perseguindo sua companheira nos bares da cidade Estrutural e enviando mensagens ameaçadoras para o celular da vítima. Sua namorada, por sua vez tem um gênio forte o que desperta no réu ainda mais o sentimento de revolta”.<sup>126</sup>

Ora, deve-se dar especial atenção ao fato de que o comportamento da namorada do réu foi utilizado como justificativa para despertar o sentimento de revolta que resultou na morte de terceiro, não sendo possível nem utilizar a tese de “injusta provocação da vítima”, visto que a provocação, neste caso, foi atribuída à sua companheira, o que faz com que teses que legitimam o agir com violência sejam bem recebidas socialmente, pois segundo elas, não restou alternativa diferente para a resolução do conflito, colocando o réu em posição de “vítima” das circunstâncias.<sup>127</sup>

Em que pese o juiz ter pronunciado o réu autor pela prática do crime presente no art. 121, §2º, II c/c art. 14, II, Código Penal, manteve a liberdade do acusado, pois ausentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva, aplicando as medidas cautelares do art. 319, II, III e IV do Código de Processo Penal. O Conselho de Sentença, no entanto, decidiu pela absolvição do acusado, mesmo com a versão verossimilhante da vítima.

---

<sup>125</sup> Processo Estrutural 1, às fls. 11-12 e 15-16.

<sup>126</sup> Processo Estrutural 1, às fls. 23-40.

<sup>127</sup> MARCH, Kety Carla de. “Um legítimo homicídio emocional”: a Justiça e o crime “passional” no Brasil dos anos 1950. **Revista do Corpo Discente do Ppg**: História da Ufrgs, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 20, p.55-80, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/72537>. Acesso em: 24 set. 2019.

Os dois últimos casos, o Varjão 2 e Estrutural 2, não guardam equivalência quanto às circunstâncias do crime e nem da sua motivação. O Varjão 2 deu-se com a ida à casa da vítima e de sua cônjuge, das filhas e do ex-marido desta, com o objetivo de convencê-la a ir para a cidade de Santo Antônio do Descoberto/GO, onde residiam outros 7 filhos do ex-casal, a fim de que ela retomasse o convívio e a guarda deles. Ocorre que o pedido não foi amigável, pois segundo as testemunhas, a mulher não queria ir, o que fez com que os três réus a puxassem à força e ao mesmo tempo fossem atingidos por pedradas dos amigos do casal que estavam na residência.

Na tentativa de evitar tal situação, a vítima interveio na ação violenta, momento em que sofreu golpes de facão na cabeça e na região de suas costas. O crime foi cometido para assegurar a execução de outro fato criminoso, qual seja o constrangimento ilegal imposto à companheira do ofendido, reduzindo-lhe a capacidade de resistência, a adentrar um automóvel e nele seguir com destino a Santo Antônio do Descoberto. Nos termos da denúncia, o crime foi praticado com emprego de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme previsto no art. 5º, caput e inciso III, da Lei 11.340/06.

Nesse caso, as filhas que agiram juntamente com o réu, em um primeiro momento assumiram a autoria das facadas, que posteriormente foi desmentida por testemunhas e pelas vítimas. Durante o processo, constatou-se que o intuito das filhas era proteger o pai, posto que ele já tinha passagens pela polícia, inclusive contra à sua companheira da época, e também vítima do processo em estudo, caracterizando violência doméstica, com condenação pelo crime disposto no art. 129, §9º, Código Penal. Quanto a este fato, a vítima informou que “à época dos fatos, o acusado tinha muito ciúmes da informante, e que o acusado, além de lhe dar murros, apertou-lhe o pescoço”<sup>128</sup>, o que resultou em uma lesão em seu olho esquerdo e arranhões no pescoço.

O Conselho de Sentença decidiu pela desclassificação da conduta inicialmente imputada ao acusado, prevista no art. 121, §2º, V c/c art. 14, II, CP e condená-la como incurso nas penas previstas o art. 129, caput e art. 146, §1º, ambos do CP, à pena de 1 ano, 2 meses e 20 dias de detenção em regime inicial semiaberto, mais multa de 15

---

<sup>128</sup> Processo Varjão 2, às fls. 408-411.

dias-multa, calculado o valor de cada dia-multa à ordem de 1/3 do salário mínimo vigente.

Vale destacar que, na sentença o juiz frisou que “o crime foi cometido pelo sentimento de posse que o acusado nutria em relação à ex-companheira, já na época dos fatos vivendo em companheirismo com outro homem” e que por sua vez, “o comportamento da vítima não contribuiu para que o crime ocorresse”.<sup>129</sup>

O último caso, aqui denominado como Estrutural 2 possui diversas particularidades, a primeira é que o crime foi cometido em concurso de pessoas (totalizando 5), sendo que o acusado era o único maior de idade. A segunda é que além de morto a tiros, a vítima foi queimada em um terreno baldio, e de acordo com testemunhas, além de ser amigo dos réus e terem o mesmo convívio social, tinham como estilo de vida praticar roubos e furtos como forma de sustento.

Para explicar o caso sem que ocorra confusão, tendo em vista a quantidade de envolvidos no crime, identificarei apenas os dois principais autores do crime por nomes fictícios, Eduardo será o maior de idade e Carlos será o menor, quanto ao restante irei me referir como “menores”.

Segundo os depoimentos prestados, na data do crime, Carlos ligou para a vítima pois tinha tido o conhecimento de que ele estava em busca de adquirir uma arma. Nessa ligação, aproveitou e convidou o “amigo” para uma festa e informou a ele que trouxesse seus bens pessoais e o dinheiro que tinha guardado para efetuar a compra, além de oferecer para que a vítima se deslocasse de Santo Antônio do Descoberto, onde morava, para a Estrutural de carona com a sua tia, que estava de passagem no primeiro local.

Após chegar na casa combinada localizada na Estrutural e de passar a tarde na companhia dos réus, decidiu tomar banho e se preparar para a festa na qual tinha sido convidado. Entretanto, ao sair do banheiro, foi surpreendido por Carlos, que efetuou o primeiro disparo que atingiu a sua cabeça, e logo após passou a arma para Eduardo, que prosseguiu com os tiros. Nesse momento, os menores foram orientados a soltarem fogos de artifício a partir do primeiro estampido, com o intuito de disfarçar

---

<sup>129</sup> Processo Varjão 2, às fls. 476-480.

a conduta delitiva. Caído no chão, os réus decidiram queimar o corpo para evitar que os vestígios do crime fossem descobertos.

Ao longo das investigações, os policiais coletaram diversas informações importantes para desvendar o crime. A mais importante, para o presente trabalho, é que Eduardo e Carlos comumente praticavam crimes em conluio, inclusive, eram os suspeitos principais de outros 4 casos “motivados por ciúme” em que as vítimas foram mortas após se relacionarem com as ex-namoradas dos réus.

Além disso, uma ex-namorada de Eduardo foi executada a tiros em frente à sua casa, a pedido dele, como presente de aniversário, por Carlos, pelo simples fato de não querer mais se relacionar com ele, pois já estava com terceira pessoa. Segundo os autos da investigação da Polícia Civil, “Carlos tem um sentimento de posse por sua ex-namorada e vê como uma ameaça qualquer pessoa que se aproxime dela”.<sup>130</sup> Com a vítima em questão, não foi diferente. Após se envolver amorosamente com as ex-namoradas dos réus, foi morto a tiros e queimado em terreno baldio. O comportamento infrator desses rapazes repercute na análise a partir da perspectiva de articulação entre a masculinidade e o ritual do poder e do controle sobre os corpos, os desejos e as vontades de suas namoradas que não podem pertencer a outros homens.<sup>131</sup>

Apesar dos fortes indícios de que Eduardo e Carlos já estavam habituados em praticar delitos em virtude do sentimento de ciúmes e possessão, não confessaram que este teria sido o real motivo para matar a vítima, mas sim porque ela era “rato” (pessoa que furta pertences de outro ladrão), e que além de já ter furtado alguns pertences deles, nos meses que precederam a sua morte, havia comentado com amigos em comum de que ele mataria os réus.

Eduardo, portanto, foi condenado pelos crimes do art. 121, §2º, incisos II e IV, CP e do art. 244-B, §2º da Lei 8.069/1990, na forma do art. 70, caput, primeira parte do CP (concurso formal próprio de crimes). Na dosimetria da pena, o juiz decidiu por afastar a incidência da circunstância agravante do motivo fútil e reconhecer em favor do réu a circunstância atenuante da menoridade relativa, fixando a pena em 13 anos e 4 meses de reclusão a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

---

<sup>130</sup> Processo Estrutural 2, fl. 42.

<sup>131</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Masculinidades**, v. 1, p. 35-78, 2004. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie290empdf.pdf>. Acesso em: 29. set. 2019.

Quanto à circunstância agravante do motivo fútil e torpe, ressalto que não há concordância jurisprudencial quanto à configuração do ciúmes como motivo fútil ou torpe. Nos casos em comento, observei que em 4 deles o magistrado da Vara do Tribunal do Júri de Brasília entendeu estar presente a motivação fútil (Cruzeiro, Estrutural 1, Varjão 2 e Estrutural 2). No caso da Asa Sul, aplicou a agravante do motivo torpe e no do Varjão 1, a presente no inciso VI, do art. 121, §2º, qual seja a razão da condição de sexo feminino.

O motivo fútil, segundo Capez e Prado é “o motivo frívolo, mesquinho, desproporcional, insignificante, sem importância, do ponto de vista do *homo medius*. É aquele incapaz, por si só, de justificar a conduta ilícita”. Por outro lado, o torpe, consiste no “motivo abjeto, ignóbil, repugnante, ofensivo à moralidade média e ao sentimento ético comum.”<sup>132</sup>

Há doutrinador que defende que o motivo fútil, por sua insignificância, não pode ser aplicado quando houver a presença do ciúme como “motivador” do ilícito, posto que esse sentimento “que destrói o equilíbrio do ser humano e arruína a sua vida não pode ser considerado insignificante ou desprezível”<sup>133</sup>. Essa corrente, utilizada como tese de defesa no processo Varjão 2, contribui para inverter os papéis de vítima e autor, fazendo com que olhar da pessoa traída e de sua ação violenta se torne um reflexo exclusivamente dependente da provocação injusta do homem e da mulher que tiveram um relacionamento extraconjugal, ou seja, quase que como uma defesa natural do homem por ter sido levado a um “ridículo social”.<sup>134</sup> Em nenhum momento a insegurança, a construção da masculinidade, as questões sociais e a subalternidade das mulheres são colocadas como potenciais incentivadores da violência com perspectiva de gênero.

De outro modo, percebe-se que a traição e a rejeição vindos do homem não transmite para a sociedade as mesmas reações. Não foi concedido à mulher, no

---

<sup>132</sup> CAPEZ, Fernando; PRADO, Stela. **Código penal comentado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, p. 149, 2016.

<sup>133</sup> MASSON, Cleber. **Código penal comentado**. 2. ed. São Paulo: Método, p.329, 2014. Disponível em: <https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/2108-Codigo-Penal-Comentado-Cleber-Masson.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

<sup>134</sup> MARCH, Kety Carla de. “Um legítimo homicídio emocional”: a Justiça e o crime “passional” no Brasil dos anos 1950. **Revista do Corpo Discente do Ppg**: História da Ufrgs, Rio Grande do Sul, v. 9, n.20, p.55-80, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/72537>. Acesso em: 24 set. 2019.



sistema patriarcal, a possibilidade de dispensar seu marido ou traí-lo, o que faz com que o indivíduo que construiu uma masculinidade pautada na virilidade, sustentada por posições assimétricas de homens e mulheres na sociedade, “aja naturalmente na ânsia de se reorganizar”<sup>135</sup>, pois esse comportamento foge do padrão que aprendeu fundado nas experiências ao longo de sua vida.

Sob o mesmo ponto de vista, Lia Zanotta Machado entende que o comportamento desviante perpetrado contra mulheres e homens quando oriundos do sentimento de posse, também pode ser estudado a partir da estrutura lacaniana acerca no comportamento obsessivo da figura masculina. Segundo a autora:

A referência ao relato do discurso psicanalítico nos remete assim a pensar a construção social do obsessivo masculino como o parâmetro do comportamento masculino socialmente legitimado nas suas relações amorosas: a rivalidade e a concorrência com os outros homens e o controle do objeto amoroso feminino. Contudo, não há como tornar “exclusivamente desviantes”, “psicologizados” ou “patológicos” os comportamentos dos agressores, pois tais formas de atos violentos revelam a inscrição de valores sociais e sua íntima associação com o modo dominante de se inscrever o masculino e o feminino em nexos de sentido que interpelam os sujeitos. Ou seja, a construção social do valor do masculino interpela os sujeitos no enredamento das armadilhas obsessivas.<sup>136</sup>

Além disso, constatei que na fundamentação de todas as sentenças proferidas em que houve a condenação do réu, apenas uma concluiu pela contribuição do comportamento da vítima para a ação. Foi especificamente o caso do Varjão 1, único classificado de fato como violência de gênero por razões da condição de sexo feminino. Neste caso, o magistrado, coincidentemente (ou não), fundamenta sua afirmação pelo fato da vítima ter sido surpreendida despida na casa de terceiro, sem mencionar o injustificado sentimento de posse, como havia feito em alguns dos processos em estudo.

Quanto a este juízo de valor, Camilla de Magalhães adverte que “a avaliação é perigosa e pode ser, em alguma medida, legitimadora de posturas machistas se não for melhor explicada e devidamente fundamentada”, por sua vez, os instrumentos legais conquistados para coibir a prática da violência de gênero, como é o caso do

<sup>135</sup> Ibidem, p.55-80.

<sup>136</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Masculinidades**, v. 1, p. 35-78, 2004. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie290empdf.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

crime em comento (feminicídio), não devem “reproduzir os estereótipos que circundam o gênero, provocando assim uma vitimização secundária”.<sup>137</sup>

Em todos os casos aqui descritos, identifiquei nos atos violentos a tentativa dos autores em disciplinar e corrigir aquilo que eles consideravam como atitudes e comportamentos reprováveis, até como uma forma de “passar uma mensagem” para a sociedade e mais especificamente para o seu convívio social de que ele agiria com violência sempre que fosse necessário, uma vez que ao atribuir a si mesmo a função de disciplinar, teria o pleno direito de agir com o fim de “resguardar” aquilo que lhe pertence como objeto: a mulher.

Nota-se o sentimento de impotência que os homens agressores carregam consigo em todos os eventos violentos, essa é a resposta que eles encontram para resolver internamente “a tensão entre o sentimento de ser homem e a intensidade da fragilidade que experimenta”.<sup>138</sup>

Por fim, analisando os autos dos processos, pude perceber que as mulheres não são as únicas que sofrem com as consequências da idealização da masculinidade, e que apesar de ser difícil justificar ou determinar os motivos de quem mata ou lesiona alguém, se pode ter como impulsionador a valorização positiva do macho como o detentor de coragem, dono de sua vontade e o capaz de impô-la a todo custo, mesmo que seja frente a outro homem, pois com isso ele reafirma a sua identidade com o social masculino.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> GOMES, Camilla de Magalhães. Lei Maria da Penha, Feminismo e Sistema de Justiça Criminal—uma abordagem teórica a partir das Criminologias Feministas.

<sup>138</sup> NOLASCO, Sócrates. **O apagão da masculinidade? Trabalho e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, p.9-16, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/03/O-Apagao-da-Masculinidade-S%C3%B3crates-Nolasco.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2019

<sup>139</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Masculinidades**, v. 1, p. 35-78, 2004. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie290empdf.pdf>. Acesso em: 29. Set. 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo entender, a partir das contribuições da criminologia feminista e dos estudos dessa corrente, a violência de gênero como um fenômeno social presente na realidade brasileira. Analisar como o gênero, a masculinidade, o patriarcalismo e a ideia de subalternidade das mulheres é encarado nas esferas públicas e privadas foi fundamental para compreender como as práticas violentas se perpetuam no contexto histórico.

O patriarcado como forma de organização social que pressupõe a dominação masculina, ajuda a perceber como surgem os atos violentos, sobretudo quando o homem se vê em uma situação em que sua masculinidade e “honra” são expostas na sociedade de uma maneira que ele não pretendia, seja por suas concepções machistas e morais, ou por sua incapacidade de se impor como o “macho ideal” dos parâmetros sociais.

A criação de mecanismos legais voltados para a proteção da mulher foi de grande valia para iniciar o desenvolvimento de uma ressignificação das concepções de gênero, sobretudo do papel da mulher na sociedade. Entretanto, apesar do paradigma de gênero ganhar cada vez mais espaço nos discursos políticos e jurídicos, não se pode negar que ainda vigora da sociedade brasileira práticas e discursos que legitimam o comportamento violento do homem como forma de disciplinar e reorganizar o espaço público, com o desígnio de atender às expectativas sociais do feminino, pautado pelo comportamento “moral” e submisso.

Ao longo da minha pesquisa, optei por dar destaque também aos casos que encontrei na Vara do Tribunal do Júri de Brasília, e analisá-los conforme a criminologia, a fim de compreender além da tríade, crime, criminoso e vítima, como este comportamento desviante é tratado pelo judiciário e, se, a partir do controle social é possível preveni-lo.

Registre-se ainda que, entre outras causas, percebi que a construção social masculina em torno da preservação da sua honra e da disputa entre os homens do controle e posse das mulheres, representa a maior parte dos processos com perspectiva de gênero julgados no ano de 2018 na Vara do Tribunal do Júri de Brasília.

Cabe ressaltar que o meu propósito não foi determinar ou concluir o porquê das violências de gênero, mas sim concatenar ideias e expô-las para demonstrar que esse tipo de violência carrega em si além de parâmetros gerais sociais, conceitos subjetivos, que por sua vez dependem de análise pormenorizada de cada autor, vítima e de suas vivências pessoais.

Do mesmo modo, apesar de ter encontrado em maior número processos com vítimas masculinas, não entendo cabível a comparação entre a vitimização de mulheres em situação de violência familiar e os casos aqui analisados.

O presente estudo, portanto, não visa atribuir aos homens a posição de principais vítimas desses tipos de violência, mas sim demonstrar que eles também são vítimas da violência pautada pelo gênero e que essa constatação é importante para o desenvolvimento dos estudos de gênero a partir de outros possíveis ângulos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 161-189, Tempo brasileiro, 1996.

ANDRADE, Clara de Jesus Marques; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-595, 2008.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 71-102, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185>. Acesso em: 19 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Criminologia e Feminismo**: Da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. Porto Alegre: Sulina, 1999.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Lei Maria da Penha. Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres. **Busca Legis**, Florianópolis, dez. 2007.

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero. In: BARATTA, Alessandro; STRECK, Lênio Luiz; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 19-80.

BERALDO JUNIOR, Benedito Raymundo. Legítima defesa da honra como causa excludente de antijuridicidade. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 367, 9 jul. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5418&p=2>. Acesso em: 28 set. 2019.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**: Lei n. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2018.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas de Homens**: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Declaração dos princípios básicos de justiça relativos às vítimas da criminalidade e de abuso de poder - Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/34, de 29 de novembro de 1985**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclPrincBasJusVitCrimAbuPod.html>>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Projeto de lei do Senado Federal nº 292**, 2013. Violência contra a mulher: texto inicial. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatoriofinal-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-mulheres>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm#art2). Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. **Súmula nº 542**. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=%28sumula%20adj1%20%27542%27%29.sub.#TIT1TEMA0>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 19**. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de Criminologia**. 4. ed. Niterói: Impetus. 2009.

CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.103-115, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275>. Acesso em: 04 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275>.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologias Feministas**: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo. p. 1. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c112115f1c81e4f4>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAPEZ, Fernando; PRADO, Stela. **Código penal comentado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Salo de. Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, Rio Grande do Sul, v. 81, p.295-338, nov. 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Salo\\_Carvalho/publication/254968668\\_Cultural\\_Criminology\\_Perspectives\\_from\\_the\\_Margin/links/5d36fee8a6fdcc370a57ac19/Cultural-Criminology-Perspectives-from-the-Margin.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Salo_Carvalho/publication/254968668_Cultural_Criminology_Perspectives_from_the_Margin/links/5d36fee8a6fdcc370a57ac19/Cultural-Criminology-Perspectives-from-the-Margin.pdf). Acesso em: 24 set. 2019.

Conselho Nacional de Justiça. **Sobre a Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/sobre-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 173, Jan. 2002. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2002000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 maio 2019.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 29, p.305-337, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000200013>. Acesso em: 02 ago. 2019.

DOR, Joël, **Estruturas e Clínica Psicanalítica**, Rio de Janeiro, Ed.Taurus. 1993.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: O Processo Penal no caminho da efetividade: Abordagem jurídica e multidisciplinar**. São Paulo. Atlas, 2015.

FREITAS, Raquel Araújo de; SILVA, Cristian Kiefer da. **Homicídio Passional: a influência social em sua evolução legislativa e jurisprudencial no Brasil**. Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=591>. Acesso em: 03 jun. 2019.

GAIA, Luciana Garcia. **Homicídios passionais: a paixão e sua motivação para o crime** Marília: [s.n.], 2010.

GAIA, Luciana. Crimes passionais. **Revista de Graduação UNIVEM**, Marília, v.1, n. 2, p. 15. 2009. Disponível em: <http://revista.univem.edu.br/index.php/REGRAD/article/viewFile/174/194>. Acesso em: 03 jun. 2019.

GOMES, Camilla de Magalhães. **Criminologia, feminismo e direitos humanos - A cifra oculta do feminino no Direito Penal**, FAESA, III Seminário Latino-Americano de Direitos Humanos – Direitos Humanos, Multiculturalismo e Diversidade na América Latina.

GOMES, Camilla de Magalhães. **Lei Maria da Penha, Feminismo e Sistema de Justiça Criminal** – uma abordagem teórica a partir das Criminologias Feministas.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. In: seminário sobre masculinidade organizado pelo cenap em parceria com o FAGES (UFPE) em Recife, 2001, Florianópolis. Santa Catarina: Comissão Editorial do PPGAS Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Humanas – CFH, 2004.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.



JOHNSON, Allan G. **The Gender Knot: Unraveling our Patriarchal Legacy**. Filadélfia, Temple University Press. 1997.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Brasília, v.11 p. 107-125, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Masculinidades**, v. 1, p. 35-78, 2004. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie290empdf.pdf>. Acesso em: 29 set 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? **Série Antropologia**, Brasília, n. 248, p.14, 2000. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

MARCH, Kety Carla de. “Um legítimo homicídio emocional”: a Justiça e o crime “passional” no Brasil dos anos 1950. **Revista do Corpo Discente do Ppg: História da Ufrgs**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 20, p.55-80, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/72537>. Acesso em: 20 set. 2019.

MASSON, Cleber. Código penal comentado. 2. ed. São Paulo: Método, 2014. Disponível em: <https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/2108-Codigo-Penal-Comentado-Cleber-Masson.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**: Dossiê O gênero da política: feminismos, estado e eleições, Campinas, n. 43, p. 5-8, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0057.pdf>. Acesso: 29 maio 2018.

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**. Dossiê O gênero da política: feminismos, estado e eleições, Campinas, n. 43, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0057.pdf>. Acesso: 29 maio 2015.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de; ROSENBLATT, Fernanda Cruz da Fonseca; MEDEIROS, Carolina Salazar L'armée Queiroga de. O que pensam as juízas e os juízes sobre a aplicação da lei maria da penha: um princípio de diálogo com a magistratura de sete capitais brasileiras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 1, p.442-448, 22 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v8i1.5147>.

MENDES, G., SILVA, L. & SOUZA, M.F. Gênero e violência contra a mulher. *In*: VIZA, B.H., SARTORI, M.C., ZANELLO, V. (Org.). **Maria da Pena vai à Escola**: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: TJDFT. 2017.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *In*: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. p. 5 - 6. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf). Acesso em: 28 maio 2019.

NOLASCO, Sócrates. **O apagão da masculinidade?** Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.9-16, dez. 2001. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/03/O-Apagao-da-Masculinidade-S%C3%B3crates-Nolasco.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco. 2001.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Femicídio e violência de gênero: aspectos sociojurídicos. **Revista On-line do CESED**: Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento, Campina Grande, PB, v. 16, n. 24-25, p. 27 jan. /dez. 2015. Disponível em: <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/view/236>. Acesso em: 27 maio 2019.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

SHIMA, Erica Maresol Reina. O homicídio passional: entre a paixão e a morte. **Revista do Curso de Direito**, Salvador, n. 127. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1376/1063>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SOUZA, Luanna Tomaz de. Vitimologia e gênero no processo penal brasileiro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Pará, v. 7, n. 2727, p.38-64, jul. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6102>>. Acesso em: 18 set. 2019.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/39250308/Manual\\_de\\_Psicologia\\_Jur%C3%ADdica\\_PARA\\_OPERADORES\\_DO\\_DIREITO](https://www.academia.edu/39250308/Manual_de_Psicologia_Jur%C3%ADdica_PARA_OPERADORES_DO_DIREITO). Acesso em: 18 set. 2019.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. **Punir, proteger, prevenir?** A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WELZER-LANG, DANIEL. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.9, n.2, p.461, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=is). Acesso em: 14 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.